

1) Transcrição do áudio da 6ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife –
06/03/2015

00:00:08 – Antônio Alexandre – Pessoal, nós já temos o quórum. Vamos convidar as pessoas... Nós estamos convidando as pessoas lá fora *pra* entrarem *pra* nós darmos início a reunião. Bom dia a todas e a todos! Nós já estamos com o quórum necessário *pra* a instalação da reunião do Conselho, então vamos dá início ao trabalho. A gente sabe que, é..., hoje muita gente teve dificuldade de se deslocar na cidade. A gente teve uns transtornos aí em função das chuvas que ocorreram na madrugada e..., mas nós já estamos aqui com o quórum, a gente pode dá início a reunião. Veja! Na última reunião do Conselho foi votado e aprovado o encaminhamento de realização de uma reunião ampliada da câmara temática de planejamento urbano *pra* que fosse possível apresentar um maior detalhamento dos elementos da leitura urbanística, dos elementos que fundamentaram ou que serviram de referência para a elaboração do uma minuta de projeto de lei que estabelece um plano específico regulamentando, inclusive, um artigo e inciso do Plano Diretor, um plano específico para o território composto pelo Cais de Santa Rita, Cais José Estelita e Cabanga. Nós realizamos essa reunião da câmara temática onde foi feita essa apresentação e várias discussões, questionamentos, enfim, toda a dinâmica das nossas reuniões. Depois, conforme também aprovado pela reunião do Conselho da Cidade, realizamos uma audiência pública no Clube Português onde foi feita essa apresentação também e abertas inscrições *pras* diversas manifestações, críticas, sugestões, encaminhamentos, enfim, todo o debate e o posicionamento acerca da matéria. E nós convocamos essa reunião do Conselho exatamente como retorno desse processo inicial de escuta e de abertura *pra* debate, *pra* essa discussão, na abertura do trabalho trazendo, até porque isso foi requerido do ponto de vista da Prefeitura, o levantamento, a sistematização que a Prefeitura, equipe técnica aqui da Prefeitura, é..., fez acerca dos pontos principais, dos pontos que foram questionados, os questionamentos tanto quanto a processo como quanto a conteúdo que foi feito em relação a essa matéria que *tá* discussão. Nós, é..., conseguimos fazer um trabalho e consolidamos, reunimos em pelo menos 15 pontos que foram os pontos apresentados, mais relevantes que *tavam* diretamente relacionados com essa matéria com o posicionamento da Prefeitura. Fizemos o primeiro trabalho de sistematização *pra* servir de insumo aqui *pra* nossa discussão no Conselho. É... Também trazemos aqui *pra* informação que também assim foi requerido, é..., a partir dessa leitura das questões que foram levantadas, de todos os questionamentos e sugestões que foram apresentadas nesse processo de escuta, a Prefeitura já apresenta, já adianta, por iniciativa da Prefeitura, já algumas propostas de ajustes e adequações da minuta do projeto de lei que foi apresentada inicialmente como material de entrada em função desse debate anterior, dessa reflexão. Então a própria Prefeitura já vai trazer aqui *pra* apreciação do Conselho algumas sugestões de ajustes da minuta que estava em discussão, que foi distribuída *pra* todas as conselheiras e conselheiros, *pra* que nós tenhamos já essa informação de uma base que a própria equipe técnica da Prefeitura já incorporou em função desse debate. E também o Instituto Pelópidas da Silveira que coordena o trabalho técnico dentro da Prefeitura das diversas áreas que *tão* envolvidas nessa discussão de planejamento urbano, é..., o Instituto da Cidade Pelópidas Silveira, inclusive, a partir agora desse mês

estava sendo presidido pelo arquiteto e urbanista João Domingos que começa a participar aqui das reuniões do Conselho da Cidade, é..., nessa condição e ele também vai tecer algumas considerações do ponto de vista técnico em relação também a algumas questões que foram levantadas nesse processo de abertura de debate, né? Que nós tivemos pelo menos 3 grandes momentos que foram a reunião da plenária do Conselho, a reunião ampliada da câmara técnica de planejamento urbano, uma audiência pública relacionada no Clube Português e agora estamos fazendo, é..., um retorno para fazer uma reflexão m cima desse processo de escuta e de discussão. Então, é..., nessa abertura, procurando ser rápido e objetivo, trazendo essas informações para a plenária, nós queremos começar aqui apresentando... É... Eu queria, inclusive, dizer que não cabe aqui agora, no momento, fazer uma... Eu não vou fazer comentários em relação... Pelo menos na parte que eu vou ler, *tá* certo? Porque eu acho que os comentários já fazem parte do debate, *tá* certo? Então eu só vou ver o material que foi sistematizado aqui pela nossa equipe técnica e a gente vai abrindo o debate, tanto os conselheiros e conselheiras, inclusive eu, particularmente, como conselheiro também, nós teremos oportunidade de tecer juízo de valor e comentários, considerações a respeito disso que *tá* sendo apresentado. Então eu vou me limitar aqui na condição aqui apenas de mesa a fazer a leitura desse levantamento. Sem fazer comentários adicionais. Então o primeiro material... São 3 materiais que nós vamos apresentar aqui, mostrar aqui *pra* dá entrada ao processo de discussão. Em relação ao plano específico *pras* áreas do Cabanga, Cais José Estelita e Cais de Santa Rita nós apresentamos o posicionamento da Prefeitura da cidade do Recife quanto aos questionamentos levantados na reunião da câmara técnica e na audiência pública. Então nessa sistematização, na leitura da Prefeitura, da equipe técnica da Prefeitura, esses pontos seriam os seguintes. Os pontos questionados em relação ao plano específico propriamente dito. Ponto 1: inexistência de plano urbanístico. Consideração da Prefeitura: É entendimento do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira e da Secretaria de Planejamento Urbano da Cidade do Recife que o plano apresentado para as áreas do Cabanga, Cais José Estelita e Cais de Santa Rita atende ao exigido pelo Plano Diretor, lei municipal 17.511/2008 nos seus artigos 147, inciso 1, alínea H, 192, 193, no seu inciso 13, e 194 como um plano específico. O plano específico foi desenvolvido com base nas análises do território afim de promover o redesenho da área. Um plano urbanístico mais aprofundado será exigido para área do Quartel do Cabanga quando do seu parcelamento. Inclusive aí já é uma incorporação que está sendo, é..., sugerida. 2: Delimitação do plano específico. Outra questão levantada. A delimitação do território do plano específico atendeu ao disposto no artigo 193, inciso 13, que define as áreas do Cabanga, Cais de Santa Rita e Cais José Estelita como as áreas objeto deste plano específico. Este é o território que possui características únicas, com barreiras urbanas claramente definidas, estando compreendido entre a frente d'água e o eixo da linha férrea e a Avenida Sul. A equipe técnica do ICPS entendeu que esta área de delimitação deveria ser ampliada com a inclusão do que resultou no setor 7, Praça Sérgio Loreto e a chegada da Dantas Barreto, por considerar que seria fundamental restringir os parâmetros da atual ZEPH Centro nesse trecho considerados excessivos para o entorno da Avenida Dantas Barreto. 3º ponto nessa sistematização identificado pela equipe da Prefeitura: o estudo da mobilidade e da capacidade de suporte das infraestruturas urbanas. Estudos de mobilidade foram desenvolvidos pela equipe interna da Prefeitura e foram fundamentais no sentido de orientar o redesenho da

área do Cais José Estelita e o novo traçado viário proposto para a área do Quartel do Cabanga. Os estudos não se restringiram a apenas conectar essas áreas ao restante do território, mas também a propor melhorias *para* outras áreas no entorno em particular para a Avenida Dantas Barreto e bairro de São José. Os estudos estão sendo aprofundados até o envio do projeto de lei à Câmara. Quanto às redes de infraestrutura, é do entendimento do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira que a redução de parâmetros de adensamento que foram previamente definidos pela lei de uso e ocupação do solo e pelo Plano Diretor, de que melhorias no sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto estão previstas na PPP da Compesa operada pela Odebrecht Ambiental. 4º ponto: responsabilidade técnica pelo plano específico. Comentário da Prefeitura: a responsabilidade técnica pela elaboração do plano específico é da equipe técnica do Instituto da Cidade do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira que desde 1º de março está presidido pelo arquiteto e urbanista João Domingos Azevedo, CAU nº A33896-6. 2º bloco: dos condicionantes em relação ao plano específico. O 5º ponto diz respeito... A considerações a respeito que envolve o DNIT. O que trata de cruzamento de vias sobre o pátio ferroviário. O DENIT através do ofício nº 433 de 2014 já se pronunciou quanto a não haver óbice em relação à construção de passagem em nível de ligação entre a Avenida Engenheiro José Estelita e a Avenida Sul. 6º ponto relacionado com o Iphan e o pátio ferroviário. O plano específico prevê para área operacional do pátio ferroviário das Cinco Pontas parâmetros e zoneamentos com vistas a implantação de um parque público capaz de preservar a memória ferroviária e evitar que no futuro essa área possa ser objeto de desenvolvimento imobiliário por terceiros. O prolongamento dos eixos da Avenida Dantas Barreto e da Ponte Joaquim Cardoso cruzando o parque ferroviário nas suas extremidades são fundamentais na integração do território da Ilha de Antônio Vaz e, no entendimento do Instituto da Cidade Pelópidas Silveira, não causam prejuízo à preservação do parque ferroviário. O plano específico aponta ainda a derrubada do viaduto do Forte das Cinco Pontas. 3º bloco de itens levantados e comentados diz respeito a pontos específicos do plano. O 1º item desse bloco diz respeito a considerações a respeito à outorga onerosa do direito de construir. O instrumento da outorga onerosa previsto no artigo 147, inciso 2, alínea D e caracterizados nos artigos 158 a 163 do Plano Diretor encontra-se pendente de regulamentação específica. Encontra-se em curso na Prefeitura da cidade do Recife um projeto licitatório para desenvolvimento de um plano de ordenamento territorial da cidade do Recife que prevê a revisão do Plano Diretor, a lei de uso e ocupação do solo, lei de parcelamento e regulamentação para toda cidade dos instrumentos jurídico-urbanísticos da outorga onerosa do direito de construir e da transferência do direito de construir. A aplicação deste instrumento deve levar em consideração a dinâmica urbanística e econômica de toda a cidade. 8: considerações acerca de imóveis especiais de preservação, os IEPs. Na fase de diagnóstico para a elaboração do plano específico para as áreas do Cabanga, Cais José Estelita e Cais de Santa Rita foram identificados diversos imóveis considerados relevantes para serem transformados em imóveis especiais de preservação, os IEPs. Não apenas dentro do polígono do plano específico, mas também no seu entorno imediato. Durante o processo de discussão interna na Prefeitura foi decidido que será enviado ao Poder Legislativo projeto de lei que garanta a salvaguarda de imóveis em processo de análise para a classificação em IEP. Depois nós podemos, inclusive esclarecer melhor isso. Essa decisão. De que antes teria o projeto

de salvaguarda *pra* depois nós começarmos a discutir a lista de IEPs. 9º ponto: relacionado à cota de habitação de interesse social. O Instituto da Cidade do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira vem estudando alternativas para enfrentar o elevado déficit habitacional do Recife além de garantir a maior diversidade de extratos sociais coabitando no mesmo território. Além disso, eu quero fazer uma observação também. Coordenado pela Secretária de Habitação, temos a frente que esta aberta *pra* discutir o plano municipal de interesse social que está integrado também com esse levantamento inicial do Instituto. Durante o processo de discussão, foi considerada a alternativa de se exigir para novos loteamentos, na área que está em questão, a construção de 10% do potencial construtivo do empreendimento em habitações de interesse social no terreno em análise ou no seu entorno imediato. As discussões para implementação desse instrumento de política habitacional se mostraram ainda incipientes, prematura e sem base de viabilidade econômica financeira para a sua imediata aplicação. Item 10 trata do coeficiente de utilização do terreno para a área do Quartel do Cabanga. As duas versões de coeficiente de utilização para os setores denominados setor 2A e setor 2B apresentadas nas minutas disponibilizadas para o Conselho refletem o mesmo resultado final de potencial de adensamento para o território defendido pelo Instituto que é o coeficiente de utilização relativo para o território de 1,35 vezes a área do território. Conforme já esclarecido na última reunião da câmara técnica de urbanismo no Conselho da Cidade, o ajuste que foi feito reflete nada mais do que o ajuste do valor do índice do coeficiente de utilização versus a área de terreno a ser multiplicada por esse índice. O parágrafo 1º do artigo 7º de uma versão preliminar da minuta, que acabou sendo disponibilizada, definia que, para efeito do cálculo da área total de construção, o coeficiente de utilização então era 2 incidirá sobre os 65% da área total do terreno que, de acordo com a lei de parcelamento, compete a área privada. Como, através da aplicação das diretrizes urbanísticas de parcelamento *pra* área do Quartel do Cabanga, tais como: área de parque público, sistema viário, perfil mínimo de vias, como isso resultará após o parcelamento numa área privativa de terreno correspondente a 45% da área total da gleba optou-se por suprimir o disposto do referido parágrafo e ajustar o índice do coeficiente para 3 visando obter um coeficiente de utilização relativo *pra* o território equivalente na conta final, ou seja, cut duas vezes 65% da gleba daria um cut relativo de 1.3 para o território aproximadamente igual ao cut 3 aplicado em 45% da gleba de área privativa resultando em um cut de 1.35. Vale ressaltar ainda que o potencial construtivo total corresponde a uma redução de aproximadamente 15% do adensamento previsto e já estabelecido hoje segundo o Plano Diretor da cidade do Recife. 11º ponto: questão relacionada com habitação de interesse social versus a redação projetos de interesse social x que estão estabelecida no requisito especial 6. O setor denominado setor 2C ali na área do Caganga foi classificado como setor destinado prioritariamente a implantação de habitação de interesse social com prioridade para famílias que já se encontram residindo nessa área. A mudança no texto se deu pelo entendimento de que este setor também deveria no momento do desenvolvimento do seu projeto específico contemplar além da ampliação a oferta de habitação de interesse social a manutenção de equipamentos públicos para a comunidade tal como uma escola municipal já existente na área. 12º ponto: estacionamento. O Instituto Pelópidas Silveira vem desenvolvendo estudos quanto à política de incentivo a transporte público e não motorizado em detrimento do uso de

veículos particulares. A simples restrição do número de vagas de estacionamento não soluciona a questão do sistema de transporte público. A lógica de cálculo do coeficiente de utilização previsto pelo atual Plano Diretor se restringe a área privativa. Não delimitando as demais áreas comuns, quer sejam para lazer ou para estacionamento. O anexo 7º da minuta em discussão não definiu limitação máxima no número de vagas de estacionamento, mas definiu menor exigência na quantidade mínima de vagas de estacionamento do que está hoje previsto na lei de uso e ocupação do solo. Institui ainda a possibilidade do compartilhamento de vagas e a oferta de vagas em edifícios garagens no mesmo ou em outro lote com o objetivo de otimizar a sua oferta. Estudos mais aprofundados quanto à questão da oferta de estacionamentos estão em cursos com vistas ao desenvolvimento do plano de ordenamento territorial que irá contemplar, entre outros itens, a revisão do Plano Diretor e da lei de uso e ocupação do solo urbano. 13º ponto, e antepenúltimo, relacionado com a gentrificação. Outro questionamento levantado. Comentário da Prefeitura: é inegável o potencial e a necessidade de adensamento das áreas subutilizadas da região central do Recife. Todo processo de reestruturação urbana de territórios gera efeitos na dinâmica econômica de seu entorno. Preocupado no sentido de mitigar tais efeitos, aqueles negativos, evidentemente, o plano específico apontou no seu zoneamento setor para requalificação e implantação de habitações de interesse social, o setor denominado 2C, e setor de consolidação da morfologia já existente, setor 2E. Ambos na área do Cabanga. Extra-limites do polígono delimitado pelo plano específico, a Prefeitura está em vias de licitar o plano de consolidação da ZEIS Coque em discussão com a comunidade. Está desenvolvendo vários projetos habitacionais na Ilha de Antônio Vaz além de já está promovendo estudos para a identificação de outras áreas com potencial para desenvolver projetos de habitação de interesse social, inclusive de preferência relacionado com as áreas onde hoje já existem os assentamentos. 14º item: barreiras urbanas versus mobilidade na região do Cabanga. É bastante pertinente o diagnóstico apontado na audiência pública das dificuldades de mobilidade do pedestre existentes na região do Cabanga mais precisamente na região da cabeceira, daquelas duas pontes que conectam o bairro a Boa Viagem. Ali em frente à estação da Compesa. Este problema já foi identificado pela Prefeitura que, através da URB, já está desenvolvendo um estudo para a elaboração de um projeto que vise mitigar esse problema. 15º item levantado trata de requisitos especiais para o setor 2B. O Instituto Pelópidas Silveira proporá, face a análise das diversas contribuições e discussões que tem ocorrido, a revisão de parâmetros de afastamentos e requisitos especiais e a exigência de um plano urbanístico específico para a área do Quartel do Cabanga correspondentes aos setores 2A, 2B e parte do setor 3A. Isso vai ser apresentado logo a seguir como ficaria essa redação incorporando essa contribuição de um plano urbanístico, é..., anterior ao parcelamento da área que ainda se encontra parcelável naquela região. E, por ultimo, relacionado ao bloco das regras de transição. Outra questão. O ultimo item relacionado ao artigo 25 que diz respeito à regra de transição. O posicionamento e o comentário da Prefeitura é de que esse artigo 25 é um dispositivo de transição como ocorreu na lei da ARU, a chamada lei dos 12 bairros, lei 16.719 de 2001 e do próprio Plano Diretor, lei 17.511 de 2008. Essa regra de transição reflete especialmente o processo de construção do redesenho do Projeto Novo Recife nos últimos meses. Então esse primeiro documento de entrada, como eu disse, a Prefeitura a partir desse processo de discussão e como foi requerido que a

Prefeitura se posicionasse, identificou nesses blocos 16 itens, evidentemente, pode ser que tenha escapado uma ou outra observação mais pontual, mas numa leitura e nas revisões que nós fizemos, nós identificamos que esses 16 itens eles incorporam, talvez, o fundamental da discussão no que diz respeito ao processo, ao plano e aos diversos itens como foram estabelecidos aqui. Nós fizemos esse trabalho de sistematização *pra* poder orientar a discussão. Evidentemente que depois vai ser objeto de todo o debate que vai prosseguir. Eu queria agora pedir para que o presidente do Instituto Pelópidas, é..., João Domingos fizesse uma apresentação, evidentemente em decorrência dessas considerações, é..., apresentado quais as incorporações, os ajustes que a equipe técnica já sugere, já apresenta aqui para o Conselho em função do debate, das contribuições e dos questionamentos que foram apresentados nesse processo. Por favor, João.

00:27:21 – João Domingos – Obrigado secretário. É... Antes de mais nada, bom dia a todos. É com satisfação que a gente *tá* assumindo a presidência do Instituto e vai poder *tá* participando aqui das reuniões do Conselho da Cidade. É... Espero que a gente possa, ao longo dessa caminhada, sempre travar debates construtivos, que de fato contribuam *pra* construção e melhoria de nossa cidade. É... Eu queria passar diante mão... É... Deixa eu tentar aumentar isso aqui *pra* poder melhorar a visualização. Colocar alguns destaques que a gente... Eu assumi ainda essa semana, né? Mas alguns destaques que o Instituto, em discussões internas, é..., analisando todas as contribuições que foram dadas, como já foi dada esse posicionamento da Prefeitura, é..., entendeu que poderia avançar na discussão da contribuição da discussão da minuta. Então o Instituto ele propõe a inclusão dessa redação do que seria o artigo 6º, num é? Que na área do 7º depósito de suprimentos do Exército será exigido plano de massa que se considere o conceito sustentável de urbanismo principalmente quanto à permeabilidade, mobilidade, acessibilidade, vitalidade urbana, densidade e capacidade de suporte do território. O parágrafo 1º, entende-se como plano de massa a representação gráfica de um plano urbanístico que propõe diretrizes de ordenamento físico-territorial de uso e ocupação de solo e distribuição de espaços públicos e privados considerando o equilíbrio ambiental e social dos espaços que se aplicam e o bem-estar de seus usuários. Parágrafo 2º, as diretrizes e os critérios para elaboração e avaliação do plano de massa *closed caption* esse artigo serão estabelecidos pelo órgão competente de planejamento urbano por meio de procedimento definido mediante decreto do Poder Executivo. Parágrafo 3º, o plano de massa deve considerar o sistema viários, os parâmetros urbanísticos e as normas estabelecidas nesta lei sendo permitida a permuta do coeficiente de utilização entre as quadras resultantes desde que este não ultrapasse o coeficiente máximo definido para a zona na qual se localiza o terreno. É... Ainda em complemento as consequências, digamos assim, da inclusão desse artigo, o Instituto ele propõe que no artigo no 10 que trata do quadro de parâmetros urbanísticos, é..., seja suprimidos a indicação de afastamentos de 5 metros frontal, lateral e fundos para os setores S2A e S2B, num é? Que isso será objeto do plano de massa. É... E a supressão dos requisitos especiais, da aplicação dos requisitos especiais 11 e 17 para esses dois setores. O Instituto ele propõe ainda, é..., a inclusão da observação, nesse caso, como já tinha colocado, que os afastamentos serão definidos pelo plano de massa conforme determina o artigo 6º. É... Em consequência disso também a supressão definitiva do requisito especial 17. Na

verdade *tá* errado aqui. É 17, *tá*? Por algum motivo aqui quando eu apaguei os outros pontos, de alguma forma, ele reenumerou, mas seria o requisito especial 17, *tá*? É... Acho que do ponto de vista do debate, das contribuições, é..., essa leitura do território do Cabanga, Cais José Estelita e Santa Rita, desse processo de elaboração desse plano específico, é..., nas discussões muito se ateu a justamente a questão do Cabanga. É... Foi apontado uma situação de uma falta de um plano, a dificuldade da visualização de um plano, de como que essa minuta *taria*, na verdade, se consolidando, digamos assim, é..., como volumetria, como a resultante de espaço que seria gerado. Então, eu gostaria de passar aqui rapidamente a um trecho da apresentação que foi feita na câmara técnica e na audiência pública, num é? É... De alguns pontos da... Assim, já um pouco mais focado na questão de zoneamento e da definição de um plano de massa. É... Os atributos do plano específico foram definidos. Seria a valorização da relação entre a cidade suas águas, borda e área de aterro acrescidas no século XIX e XX ao núcleo histórico original de ocupação. Valorização da relação da cidade com o Porto, especialmente, no que diz respeito aos elementos remanescentes da ferrovia. Valorização da relação entre pessoas e o lugar, o patrimônio imaterial, constituindo-se na paisagem cultural decorrente da afetividade e mobilização para a sua preservação. É... Esse é o limite do plano específico, num é? Cabanga, Estelita, Santa Rita e aquele trecho que o Instituto sugeriu ser acrescido dentro do que seria o limite previsto originalmente pelo Plano Diretor. Os princípios urbanísticos norteadores seriam a reabilitação de estruturas urbanas existentes dando-lhes uso sustentável e reforço a sua identidade de acordo com os princípios da conservação integrada. Compatibilidade de novas ocupações com a morfologia e o tecido urbano adjacente de modo a valorizar a paisagem. Continuidade da malha viária da cidade, em especial, da Dantas Barreto e ligações com o bairro da Boa Vista garantindo integração e impermeabilidade. Escalonamento de gabaritos considerando a variedade do perfil urbano da cidade histórica a contemporânea. Implantação de um sistema de espaços públicos, inclusive parques de borda conectados a malha urbana pré-existente. Implantação de uso ativo e diversificado na escala do pedestre ao longo das quadras, faces de rua, aumentando a vitalidade urbana e as oportunidades de desenvolvimento de comércio e serviços em escala local. Diversidade de usos públicos e privados que assegurem a utilização permanente da área nas diferentes horas do dia visando incrementar a segurança urbana. É... Esse foi um mapa que tentou demonstrar aí um pouco o estudo das principais conexões. É... A questão, principalmente, do binário proposto na área do Cais José Estelita, decorrente do redesenho do Projeto Novo Recife. É... Os estudos que a Prefeitura vem desenvolvendo no sentido de implantação da Avenida Central e da abertura de uma paralela aqui a Rua Imperial. É... Aos estudos que já há bastante tempo no sentido de uma conexão maior aqui da Cabo Eutrópio... Não sei se vocês se recordam, mas a conexão da Avenida Sul ela se dá, um pouco nesse sentido, mas ela não tem uma conexão lá com o Coque. É... Foi apontado também estudos no sentido da criação de um binário aqui *pra* região do Coque que, assim, foram norteadores do desenho adotado aqui para o sistema viário proposto *pro* Cabanga, num é? Procurando uma conexão aqui com a malha urbana já pré-existente. Essa é uma área com características, assim, de lotes muito pequenos, de ruas muito pequenas, num é? É... Um sistema bem local. É... Aqui foi identificado um imóvel que o prédio principal do Quartel do Cabanga que deveria ser preservado assim como uma área, digamos assim, de praça que há na frente dele *pra* preservação da memória da ocupação do

Quartel. Então isso terminou por resultar numa situação onde não houve uma conexão maior e um pouco mais direta, mas eu queria destacar aqui a importância da conexão com a ponte Joaquim Cardoso, num é? E também o prolongamento da Dantas Barreto. É... O plano específico ele resultou nesse zoneamento que é a leitura, digamos assim, dos diversos setores ou das diversas partes, das diversas morfologias existentes nas diversas dinâmicas. É... A gente tem, é..., primeiro a zona 1, 3A, 6 e 7A que configura todo o sistema de parques, parques de bordas, num é? Parque ferroviário, da transformação em um parque ferroviário, é..., num parque e a possibilidade que a gente tentar vai ter de circular ao redor de toda essa área, num é? Sempre conectado aí a espaços públicos de qualidade. O próprio Capitão Temudo que tem a visão de expansão, de criação de espaços de convivência ao longo de toda a sua extensão até a linha do metrô. É... O Novo Recife, né? A área do Cais José Estelita, né? uma zona de re-habitação urbana. A área próxima ao Forte das Cinco Pontas e os demais galpões ali em São José uma área de incentivo a novos usos e a manutenção dos armazéns. E, nesse sentido, a gente tem uma situação, assim, de baixa ocupação e preservação aí da morfologia e da paisagem. É... Zonas aí no caso de re-habitação urbana, o Projeto Porto Novo. É... Área ali do Cais de Santa Rita voltada para a Bacia do Pina como uma área de re-habitação urbana no incentivo a novos usos, visibilidade da Bacia do Pina e do patrimônio. E aqui a gente gostaria de fazer um destaque, é..., na retificação do perímetro desse setor *pra* que parte desse setor aqui, em frente do Forte das Cinco Pontas, passe a fazer parte do 1º setor que seria o setor de parque *pra* poder a gente abrir a visada do Forte aqui que a gente se encontra *pra* Bacia do Pina. A gente vai fazer esse ajuste também no processo aí de fechamento. É... O setor da zona 7B da Dantas Barreto, como foi falado, essa foi uma intervenção muito mais no sentido de tentar breçar um pouco mais índices considerados bastante elevados em virtude da própria dinâmica que a implantação do Projeto Novo Recife pode gerar *pra* região. A praça d'água e... Aqui a gente entra na região do Cabanga, é..., como uma área de re-habitação urbana. A zona 2. Projetos de interesse social, preservação de morfologia, equipamento social, preservação do patrimônio. É... Como diretrizes dessa zona de diversidade social e de usos a gente teria a preservação da morfologia, a questão de gabaritos mais baixos, né? Resmembramento restrito, manutenção das vias. Do ponto de vista de reabilitação urbana, implantação de novos usos e atividades, escalonamento de gabaritos, valorização do espaço público justamente naquela relação de 55% de espaço público e 45 privado *pra* área do Quartel do Cabanga. Eu tô dando essa geral nesse zoneamento novamente, mas depois eu vou apresentar a modelagem tridimensional de toda área e a gente vai poder conversar um pouquinho mais sobre ela. É... A gente tem aqui justamente a área do Quartel do Cabanga, né? Toda a frente do Quartel e extensão ali, passando pela estação de tratamento da Compesa, seria destinada a um parque público, de acesso público. É... A previsão de implantação da Orquestra Cidadã e uma área justamente *pra* consolidação de habitação de interesse social e a manutenção da escola. É... Isso eu acho que é um setor bastante importante da gente ressaltar que é justamente o setor de preservação da morfologia urbana, que é aquela Vila Operária ali da Compesa, onde foi limitada o tamanho... Você pode lembrar os lotes. Só pode lembrar 2 lotes. De modo a que você não tenha a possibilidade de especulação imobiliária via a começar a comprar esses lotes e transformar isso em prédios mais verticalizados que tenderiam a gerar uma situação justamente de gentrificação. É... Eu queria passar aqui *pra*... É...

São imagens... A gente *tá* tentando consolidar uma série de documentos *pra* poder justamente, é..., melhor visualizar todas considerações, as análises que foram feitas pelo Instituto no processo que cominou na elaboração dessa minuta. É... Essa é uma imagem tridimensional da Ilha de Antônio Vaz. É... Tudo que *tá* ao norte do eixo da Avenida Sul, é..., *tá* aí um pouco colorido, tem a ver com a questão dos usos registrados dentro da nossa base de geoprocessamento. Então, a gente pode ver aqui justamente uma situação do plano de massa do Cabanga, da região do Quartel do Cabanga, num é? Onde a previsão de gabarito mais baixo *pra* frente d'água, num é? Isso já *tá* definido no quadro de parâmetros. E uma situação de gabaritos mais altos na área central. É... Há um roteiro que já começou a ser elaborado do que seriam os requisitos e os pressupostos *pra* elaboração do plano de massa, num é? Com condicionantes qualitativos, digamos assim, do que se espera. É possível perceber aqui a preservação, do indicativo de preservação do Quartel, *né*? Que vai ser encaminhado *pra* ser transformado em IEP. É... A área *pra* implantação de habitação de interesse social. É... Área destinada a Orquestra Cidadã. Aqui a área da Compesa hoje. A manutenção da morfologia da Vila Operária. É... A gente pode caminhar aqui um pouco mais e observar o projeto do Novo Recife que teve um amplo processo aí de discussão no redesenho. Avaliando aqui justamente a situação do prolongamento da Dantas Barreto. É... Eu vou mostrar depois de alguns outros ângulos. A gente pode percorrer isso aqui. Se alguém quiser discutir alguma área especificamente a gente pode, no momento, dar um *zoom*. A gente *tá* aqui à disposição *pra* poder tentar fazer todos os esclarecimentos que sejam possíveis. Então, a redução de gabarito aqui na chegada *pra* São José. Estudos aqui na área da Dantas Barreto com a redução de gabarito do que poderia ser possível, num é? No Forte das Cinco Pontas aqui justamente a ação do ajuste na tentativa de retirar a possibilidade, impedir a possibilidade de construções aqui na frente, do que seria a área hoje do Catamarã e do Vapor 48. Ali, no processo de demolição do viaduto das Cinco Pontas abriria essa visada do Forte *pra* Bacia. É... Aqui a gente tem, é..., depois justamente as duas torres. Aqui, a implantação do Porto Novo. É... Essa é um outro ângulo. Aqui, uma aproximada. Então... O projeto do Hotel Marina que já *tá* aprovado. Já se encontra aprovado. Aqui, um projeto da... Isso aqui é a modelagem do projeto que *tá* em tramitação *pra* área de convenções, do Centro de Convenções, integrada aqui ao projeto do Porto Novo, *né*? Aqui foi um estudo volumétricos do que os parâmetros permitem para aquele galpão que hoje é ocupado pela AGEMAR. Na outra apresentação foi mostrada uma imagem, uma perspectiva inserida no *Google* onde a gente poderia ver, a gente consegue ver que ele teria um gabarito aproximado aqui com outras edificações que já existem aqui a margem do rio. Na situação do trecho da Avenida Dantas Barreto... Aqui é uma simulação. Questão do potencial construtivo aí ela *tá* muito ligada à situação do remembramento dos lotes, então não como se prever, necessariamente, se você vai ter grandes, mais ou menos remembramentos. Você tem uma série de construções aí de alguma forma consolidadas, *né*? Novamente aqui a gente passando pelo trecho do Novo Recife, naquela área onde houve toda aquela questão, é..., já foi colocada... Ampliou-se aqui o afastamento das construções em relação aos galpões, *né*? Criou-se aqui uma nova conexão que vai dar acesso a todo o bairro de São José. Aqui a grande rambla. O parque na frente d'água. Acredito que essa é a principal conquista do redesenho. Assim, a gente ter essa frente d'água com essa largura que não antes não seria possível, *né*? É... Novamente a questão lá do

Cabanga e de um gabarito um pouco mais baixo *pra* área ao lado do Quartel do Cabanga. Novamente toda essa área aqui pública, *né?* É... Um adensamento mais concentrado e mais baixo, *né?* Com as possibilidades de conexão aqui estabelecidas, é..., para a situação de um binário e uma conexão importante lá *pro* Coque. É... E a continuidade desse parque por trás... É... Assim, com o potencial de se integrar aqui com a extensão do parque que *tá* sendo proposto também *pra* o trecho em baixo do Capitão Temudo. Enfim. Então, outras imagens... Acho que a gente pode, eventualmente, voltar depois ao longo do processo de discussão. Isso são algumas perspectivas de ângulos um pouco mais baixo que foram gerados pela equipe. É... Uma vista como se fosse do alto ali do que seria o bairro do Recife *pra* uma melhor visualização dos termos expressos na minuta de lei. Quero passar a palavra *pro* secretário. Eu *tô* à disposição, se for o caso, *pra* qualquer intervenção, complemento. Obrigado!

00:50:01 – Antônio Alexandre – Bom! É... Feita essa apresentação das leituras e adequações que a Prefeitura conseguiu desenvolver a partir das discussões que foram realizadas durante esse processo, é..., nós propomos que... Nós temos agora em discussão com uma minuta original... Nós temos um material de considerações e sistematizações de diversos pontos que foram levantados, evidentemente, com o posicionamento da Prefeitura. Nós sabemos que diversas conselheiras e conselheiros também tem uma outra leitura em relação a esses itens e isso faz parte da discussão, mas foi requerido que a Prefeitura se posicionasse. E também trouxemos aqui ajustes e adequações sobre a forma de destaques que adequam e alteram a redação original que *tava* em discussão aqui pelo Conselho da Cidade além de algumas considerações que foram trazidas aqui pelo Instituto Pelópidas sobre alguns requisitos e referencias que serviram de base para esta leitura do território e proposição de diretrizes, de requisitos e parâmetros para o plano específico do território em questão. Então, nós vamos abrir agora para as intervenções, os posicionamentos das conselheiras e conselheiros *pra* que a gente possa contribuir aí *pra*... Conforme está nas atribuições do Conselho da Cidade, a gente contribuir aí *pra* o aperfeiçoamento, a adequação dessa proposição que será de iniciativa do Poder Executivo que será encaminhada ao Poder Legislativo, mas que, certamente, nesse ambiente de discussão, de debate com todas as representações da sociedade nós temos certeza de, como já está acontecendo, sairá muito mais enriquecida, muito mais fortalecida com os diversos olhares que nós pudemos colocar sobre a questão e os ajustes, as adequações que foram necessários e que o Conselho achar pertinente, é..., colocar como resolução, como contribuição para esse processo. Então, estão abertas as inscrições nesse momento. Eu queria pedir... Só *pra*... Veja mesmo! Vários conselheiros e conselheiras, é..., falaram que em alguns momentos das nossas reuniões havia... Claro, que com o objetivo de flexibilizar e garantir o espaço *pra* todos, mas que a gente precisava ter um certo... Até *pra* todo mundo possa obedecer um certo critério na questão das inscrições, *né?* Observando o tempo e tudo. Apenas para ordenar e organizar a discussão. Claro, que como sempre acontece, ninguém quer cercear nem quer limitar, mas a gente pede que as intervenções elas possam se orientar pelo que *tá* no regimento, *tá* certo? Então a mesa... Taciana aqui que é da Secretaria de Planejamento, ela vai... A gente pede que as conselheiras e conselheiros que tiverem interesse em se manifestar solicitem a inscrição aqui *pra* Taciana que vai orientar a

nossa companheira aqui de apoio *pra* levar o microfone, certo? Pelo regimento, o tempo está estabelecido na ordem de 3 minutos. Como sempre nós discutimos aqui a gente pede que... Evidentemente que nós não vamos cortar... Não é esse o interesse de cortar a palavra, mas que haja um esforço, um exercício de concluir o raciocínio no tempo que não seja excessivo. Se houve necessidade, se inscreve novamente. A gente, *né?* Produz um debate mais amplo, *né?* Com a participação de todas as pessoas. Então, vamos dá início aqui as inscrições. Por favor, Taciana. E também um registro de que é necessário... Nós como gravamos todas as reuniões... É... Como foi informado aqui, a gente *tava* num processo de contratação. Nós já estamos viabilizando e já estamos começando a receber as transcrições, ou seja, as atas das reuniões tudo *pra* ser disponibilizado publicamente no ambiente do Conselho da Cidade, *tá* certo? Os áudios a gente já *tá* colocando porque foi a primeira coisa que foi disponibilizada. As transcrições nós vamos começar a disponibilizar. Já recebemos das audiências públicas das últimas reuniões e estamos também publicando *pra* que a gente possa ter, inclusive, o acesso de quem tiver interesse de rever uma discussão, ou por áudio ou pela transcrição, e poder fazer o seu exercício de reflexão crítica, *tá* certo? Então é um exercício... Como nós dissemos, o Conselho *tá* começando sua vida. A gente *tá* aos poucos estruturando *pra* dá *pro* Conselho as condições *pra* que ele possa cumprir o seu papel em relação ao que a cidade precisa e exige de todos nós, *tá* certo? Então, por favor, é..., Taciana... Se identifique, por favor!

00:54:57 – Gomes Filho – É... Gomes Filho. Sou representante titular da FEMOCO HAB, Federação das Associações de Moradores de Vilas de COHABs e Similares do Estado de Pernambuco. Bom! Eu gostaria de perguntar ao secretário assim, a disponibilidade desse material... Já vai ser colocado. Foi essa a primeira resposta. É... Qual a previsão de habitações de interesses sociais que estão no projeto? Quais serão os critérios adotados para os contemplados e quando começará esse processo de seleção desses futuros moradores dessas habitações? Só complementando, secretário. Porque na área do Coque... Eu conheço... Aqui tem a liderança... Renê que é de lá. O déficit habitacional local é muito grande. É... As multiplicações das pequenas habitações... Você tem uma habitação que é para uma família... Multiplicada por 3 Como é que vai ficar todo esse critério adotado aí *pra* contemplar essa população que já convive nessa área? Só isso.

00:56:19 – Rejane Pereira – Bom dia a todos e todas. Eu sou Rejane Pereira. Sou da Cidadania Feminina. Primeiro eu queria usar meus 3 minutos num minutinho... Colocar publicamente a minha nota de repúdio em relação ao Hospital da Mulher que vai ter o nome de Eduardo Campos, *né?* Queria que fosse registrado a nossa nota de repúdio como mulher ter um hospital com nome de homem, *né?* E ele não trocou de sexo pelo que eu o conheci. Então a minha nota de repúdio vai *pra* isso. Uma outra é quando se referência a qualquer uma aqui possa dizer do nosso lugar. Homens e mulheres. Não digo todas e todos ou todas e todos presentes, quem está presente, mas essa ressalva até por respeito a nós na cidade, num é? Então, nós mulheres também construímos essa cidade e somos a maioria. Somos 56%. Dessa maioria, a maioria são negras. Lógico, Recife é uma cidade negra, então pensando nessa cidade negra, eu gostaria de saber, primeiro, que fosse colocado quando se referisse ao plano municipal de habitação, se pudesse ter uma notazinha de rodapé *pra* que a gente possa localizar

como é que *tá* esse diálogo na cidade no plano municipal de habitação. E a outra, gostaria muito de fosse referenciado esse diálogo dos 55% público e 45% privado. De está dialogando mais sobre isso. E um outro era a que Gomes já tinha falado, em relação a... Ao que eu me refiro quando estou falando de interesse público, *né?* Habitações de interesse público? A gente pudesse historiar que interesse público, interesse social é esse. Do quê que eu estou falando quando eu falo em interesse social, *né?* Nós somos diferentes e diversos, que a gente possa ter esse entendimento. E, por fim, eu queria lembrar que nós fazemos parte da cidade do Recife e gostaria sempre que a sociedade, de maneira geral, fosse consultada ou analisada nos processos que diz respeito à cidade do Recife. *Brigada!*

00:58:30 – Leonardo Cisneiros – Bom dia! É... Leonardo Cisneiros. Direitos Urbanos. É... Antes de tudo, eu queria colocar só uma questão que não *tá* clara sobre procedimento mesmo, ou seja, qual vai ser o encaminhamento? Questão de ordem mais básica, *né?* A gente *tá* discutindo o plano... Como é que vai ser essa discussão? Como é que vai ser encaminhado os processos até o plano sair daqui? Isso daí tem que ficar claro desde o princípio e a gente tem que discutir isso. Isso é uma questão preliminar. Em segundo lugar, eu queria registrar que, apesar da resposta de Prefeitura, vamos dizer assim, que deveria ter ser compartilhada antes essa resposta das audiências *pra* gente chegar com isso lido, *né?* *Pra* debater, certo? É... Então assim... O debate requer uma certa análise, *né?* Tem que avaliar isso aí, mas não basta simplesmente a Prefeitura ter uma resposta *pra* cada demanda, ou seja, se existe demandas que não unânimes, praticamente, na audiência, certo? Isso é uma demanda da sociedade que *tá*... É claro que não vai ter deliberativa... Eu sei. Não vou colocar isso, certo? Mas é claro que existe uma unanimidade de numa certa proposta, de uma certa demanda, certo? Que a Prefeitura tem que considerar também isso. Não é só ter uma resposta, vamos dizer assim, *pra* afastar. Na prática, quase todas as demandas foram afastadas, certo? Quase todas não. Todas que foram colocadas foram afastadas, certo? Pela Prefeitura. Teve uma resposta na ponta da língua *pra* cada uma. Então a questão de habitação de interesse social ficou claro desde a discussão das diretrizes, em meados do ano passado, que eram uma das principais demandas da sociedade em relação a esse plano porque seria uma forma... A cota de habitação de interesse social, *né?* Ou seja, como uma contrapartida amarrada a todos os empreendimentos, *né?* Não simplesmente a habitação com o dinheiro público porque aí é fácil. Você cria a gentrificação..., *né?* O privado cria a gentrificação, o poder público resolve o problema social. Não. O que *tá* demandando aqui, como contrapartida do investimento que vai trazer benefício privado, se tenha a mitigação, vamos dizer assim, dos problemas sociais, certo? Causados na área. É isso que foi apresentado desde o ano passado, desde sempre. Então isso é uma demanda clara. É uma demanda unânime. Toda audiência isso acontece. Então, não basta simplesmente dizer que não houve estudos econômicos suficientes *pra* isso porque tinha tempo, primeiro, *pra* fazer isso e quer se forem necessários estudos *pra* isso, que se demore o tempo suficiente *pra* fazer esses estudos e que se use isso como piloto. Jogar tudo *pra* lei do uso do solo também é adiar a chance de fazer esse trecho de cidade da maneira correta. Então, a gente tem que se usar isso como um piloto, certo? Para as boas propostas que nós queremos *pra* cidade. Então assim, inicialmente seria essa questão. E uma questão de processos

mesmo, ou seja, como será o processo de discussão disso, de aprovação desse plano aqui?

01:01:09 – Taciana Souto Maior – Assim, quem não for conselheiro e quiser falar, a entidade ou conselheiro tem que pegar o microfone *pra* passar a palavra *pra* quem não for conselheiro *pra* poder falar.

01:01:17 – Antônio Alexandre – Tem que ter a inscrição.

01:01:19 – Taciana Souto Maior – Como é o caso, a FEMOCOHAB *tá* inscrito. Depois passa a palavra...

01:01:30 – Gomes Filho – É... Eu tenho um companheiro aqui Fabiano... Quer dá uma palavrinha. Eu vou ceder o microfone *pra* ele.

01:01:40 – Fabiano Félix – É... Bom dia a todos. Eu sou o pastor Fabiano Félix. Sou representante do Conselho de Segurança Alimentar. Faço parte do Instituto Compostas e Cidadania e represento também a Instituição MAPE Novo Brasil. É... Uma das situações que eu tenho visto no Recife, ultimamente, em relação ao comércio informal, *né?* O comércio informal ele vem crescendo bastante, mas, porém, sem resultados, sem resposta em relação a sua localização, *né?* Eles pede que tenha um local específico ou cria-se um shopping popular e dentro desse projeto a gente entende que a expansão vai ser muito grande em relação a toda área que vai ser construída e, certamente, vai haver o interesse de muitos estarem ali, *né?* Então, ali tem uma questão do camelódromo, *né?* Que passa por um processo difícil de adaptação porque houve um avanço muito grande de comerciante e já *tá* saturado, *né?* Os seus limites. É... A questão do comércio... É a questão da localização dos comerciantes do camelódromo e também de que forma a Prefeitura vai atuar, *é...*, em parceria, *né?* Tratando também a questão de colocar, inserir eles em algum local. E que de forma esse comércio seria cadastrado? Seria permitido que tipo de comércio, *né?* É... Porque a gente vê que a gente tem duas áreas grandes ali. O Coque, *né?* Que passa a ser já uma comunidade de comércio, *né?* Como as demais comunidades do Recife que *tão* crescendo *pro* não tem mais por onde expandir. Então, a gente cita algumas comunidades como Casa Amarela, Roda de Fogo, que hoje é um centro comercial popular, *né?* E eu creio que com todo esse trabalho desse projeto, *né?* Vai haver uma especulação por parte deles de querer ser inserido de alguma forma, *né?* Então a Prefeitura, *é...*, possa determinar como ficaria essa situação.

01:04:29 – Tomaz Lapa – Bom dia! Tomaz Lapa. Universidade Federal de Pernambuco. É... Eu gostaria de ter percebido o cuidado maior, um estudo mais detalhado e mais convincente da questão paisagística. Tem um termo que foi destacado que é o da conservação integrada, aquela que supõe a convivência do novo com o antigo num diálogo aceitável. As simulações tridimensionais que foram feitas elas sempre mostram uma visão aérea. Nós não percebemos a visão ao nível do solo. Nós não percebemos a visão do pedestre, do transeunte nas diversas perspectivas ou simulações tridimensionais que foram levantadas. Então, na minha leitura, esse conceito de conservação integrada ele entra aí como uma retórica, mas ele não fundamenta,

absolutamente, a preocupação com a paisagem. A paisagem, aliás, é uma categoria que não entra de maneira definitiva, de maneira determinante no estudo. Então, é..., no sentido de diversificação de usos, no sentido do transeunte, no sentido de quem está ao nível do solo, eu gostaria de vê um estudo paisagístico mais detalhado.

01:06:20 – Leonardo Cisneiros – É... Desculpa! Novamente... Leonardo Cisneiros. Direitos Urbanos. *Pra* completar. É... Eu esqueci da outra vez. É... No Estatuto da Cidade aqui... Eu queria falar... Várias vezes a Prefeitura respondeu que tem estudos internos, estudos internos, estudos internos de mobilidade, estudos internos disso, daquilo. Em alguns casos, nem os estudos tem, mas assim... Quando tem, são internos. O Estatuto da Cidade artigo 40, parágrafo 4º, inciso 2º fala-se que no processo de elaboração do Plano Diretor na fiscalização de suplementação os poderes Legislativo, Executivo Municipais garantiram a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos, ou seja, quaisquer estudos não podem ser internos nessa fase *pra* 20% da cidade. Nessa fase, todos os estudos tem que está publicados. Lembrando sempre que no artigo 50, *né?* Cadê?... Tem improbidade administrativa *pro* prefeito que não cumprir esse inciso que eu falei anteriormente. É... Quanto à questão do cálculo de áreas, um ponto que eu queria ressaltar era a questão da resposta que foi trazida novamente. Foi escondida na audiência, *né?* De forma perspicaz, mas foi trazida novamente a questão da mudança do coeficiente do Cabanga e essa resposta da mudança da área pública por área privada. Na última reunião eu perguntei se havia mudança nesse plano da lei de parcelamento, das regras da lei de parcelamento. Não tem. Na lei de parcelamento se fala de 65% de área privada e 35% de área pública que dividido em 20% de via, 10% de área verde, 5% de área institucional e isso é área pública de direito. Não de fato. Na negociação do Novo Recife quando se aumentou essa área pública... Quando se fala que aumenta a proporção de área pública no Novo Recife, na verdade, o que se tem é um contrato de servidão administrativa... Foi apresentado isso no CDU inclusive em 2012, *né?* De uma área que conta como área privada, *né?* Área de solo natural, e conta no cálculo de construção como área privada, mas que terá acesso aberto ao público. É como aquela ciclovia de mentira na frente das torres gêmeas. Que teve que ter uma briga *pra* abrir outro dia, certo? Mas assim, aquilo ali é área que conta no potencial construtivo das torres gêmeas, mas é área de livre acesso ao público. Então, é..., que é tirado do solo natural ou de uma área não construída, certo? Isso é diferente de área pública de direito que requer mudança na lei de parcelamento do solo. Então quando se diz que no Cabanga você vai ampliar a área pública, certo? Pegando a área do solo natural, essa área de solo natural conta no potencial construtivo, certo? Então essa ideia de que você tem que compensar o potencial construtivo aumentando o cut da área do Cabanga porque você *tá* tendo mais área pública só seria verdade se houvesse alteração da lei de parcelamento do solo... Mesmo especificamente... Ou seja, que a regra da lei de parcelamento mudasse. Tem que ser área pública de direito porque senão uma área acessível ao público conta como privado e você vai poder construir mais. Então assim, de novo essa parte *tá* mal explicada, certo? Eu gostaria de um esclarecimento mais claro disso ou pelo menos que se alterasse isso, vamos dizer assim, como incorporação de uma regra de parcelamento do solo *pra* área. Nada obsta esse tipo de coisa.

01:09:24 – Antônio Alexandre – Tudo bem. Algumas questão *tão* sendo dirigidas a mesa *pra* esclarecimento aí eu só queria pedi que se tiver só uma pessoa inscrita agora, a sugestão da mesa é que a gente possa, talvez, prestar os esclarecimentos agora *pra* continuar o debate ou então... Pronto! Tudo bem! Porque algumas questões foram levantadas. Talvez seja importante para o andamento do debate haver ter uma resposta antes *pra* gente poder...

01:09:49 – Cristiano Borba – É... Bom dia! Cristiano Borda da Fundação Joaquim Nabuco. É... Com qualquer passada de olhos nos macrodados fornecidos pelo IBGE, a gente vê que, nos últimos 20 anos, a população do Recife cresceu menos de 10%. Na verdade, entorno de 8%. Se você vai *pros* micro dados, você começa a ver que esse crescimento não se deu nos setores de classe média, classe média alta da população. Certamente ele deu na... Vou recomendar. Cristiano Borda da Fundação Joaquim Nabuco. Então, se a gente olha os macrodados fornecidos pelo IBGE, a gente vê que no Recife, nos últimos 20 anos, cresceu populacionalmente menos que 10%. Na verdade algo em torno de 8%. E nos microdados você percebe que esse crescimento *tá* muito mais concentrado nas parcelas da população que *tão* na base da pirâmide econômica e não na classe média, classe média alta... É... Ou seja, a demanda populacional por habitação, por espaço *pra* viver na cidade *tá* muito mais concentrada naquilo que se seria considerada de habitação social do que no mercado imobiliário de alto padrão, né? Ok! Quando a gente olha um projeto como o Novo Recife, como é apresentado, a gente não aceita essa inconsistência de oferta que ela é construída por demanda habitacional, mas dá *pra* entender porque é um empreendimento absolutamente privado e que tem uma necessidade, vamos dizer assim, de gerar lucro *pra* qualquer fatia de solo que sobre, mas o que tem sendo apresentando, e eu não *tô* falando só desse plano, mas de outros que a Prefeitura tem apresentando, parece de novo... Tem um raciocínio de empreendedor privado, é..., *pra* um interesse que seria público. Vamos dizer, qualquer parcela de solo que sobra ali eu vou correr e vou apresentar condições de máximo desenvolvimento e de multiplicação do solo *pra* responder a uma demanda que não se sabe qual é. Que demanda populacional é essa? Então eu perguntaria primeiro: que números são esses de demanda que justificam essa pressa em criar solo novo, em dizer vai ter mais gente morando ali, quando, na verdade, a gente sabe que não existe essa demanda? Por outro lado, que números suportam as escolhas de densidade populacional *pra* essas áreas criadas? Que impacto isso tem na densidade geral da ilha já que *tá* se tratando dessa ilha? Esses números nunca aparecem e vão virando lei e vão virando coeficientes e a gente não sabe em que o plano está se baseando *pra* tomar essas decisões. O outro lado, se sabe também que, intuitivamente ou por experiência não mensurada, a quantidade de metro quadrado construído ocioso no centro da cidade do Recife, né? Não só no centro. Na cidade toda, mas já que estamos falando no centro da cidade do Recife. Então essa relação, demanda populacional e metro quadrado ocioso não fecha quando você, na verdade, *tá* oferecendo muito mais metro quadrado construído novo e para um padrão que não corresponde à demanda populacional que se cria na cidade. Essa relação nunca aparece nesses estudos. Isso seria interessante entender como é que elas estão sendo feitas. E aí eu aproveito *pra* perguntar: o que *tá* sendo feito e qual o entendimento que a gestão atual tem dos planos já realizados, já pagos com o dinheiro público *pra* essas áreas? Eu *tô* lembrando pelo menos dos PRIs feitos *pras* áreas de Santo Antônio e *pra*

Rua Imperial, que trata de aproveitamento do estoque já edificado para habitação de interesse social. Isso nunca tem aparecido. Esse estudo existe. *Tá* pago. Nós pagamos por ele. Foi validado na época e a gente *tá* discutindo essa área aí e isso nunca aparece. Essa relação entre oferta, demanda, números que suportem as escolhas apresentadas *pra* densidade e *pra* gerar essa modelagem tridimensional aí que repercute de novo em números e o aproveitamento de conhecimento prévio, de planos prévios que atenderiam a essas demandas todas que *tão* sendo colocadas. É um mistério.

01:14:49 – Antônio Alexandre – Bom! Eu vou, assim, me posicionar em relação a alguns itens que eu acho que diz respeito mais a Secretaria, a Prefeitura no seu conjunto e algumas questões mais técnicas eu vou pedir *pra* João comentar. Veja! É... Primeiro, assim... Eu acho que tem questão que tem que ser colocada aqui é que é a questão de ordem ou comentário que foi feito por Leonardo a respeito do encaminhamento. Veja! A Prefeitura assim... Nós sempre dissermos de forma muito clara e transparente toda a sociedade do Recife vem a algum tempo já nesse debate, nessa discussão sobre provocada a partir da apresentação do Projeto Novo Recife, *né*? Com todos os desdobramentos que são do conhecimento de todos, com toda a mobilização que isso provocou, os debates e tudo e isso promoveu um processo que a Prefeitura, o Prefeito pessoalmente coordenou de busca de uma solução negociada para o desenho que antes estava estabelecido para o projeto. Essa discussão, evidentemente, não se restringiu apenas ao empreendimento privado, mas a forma que ele se conectava com todo o território, a forma como ele se implantava nesse território e essa discussão, só nessa gestão, desde o início, mas essa discussão vem inclusive de antes, ela provocou um conjunto de reflexões, de levantamentos de situações e tudo em que pese todas as leituras e divergências em relação ao processo. Do ponto de vista institucional, a Prefeitura compreende que assumiu o papel de numa situação de conflito, de embate e de divergência mais gritante na sociedade, assumiu um processo de mediação e de busca de uma solução negociada, uma solução que pudesse falar de forma mais adequada a cidade e alguns requisitos que hoje a sociedade exige. Qualidade urbana, qualidade ambiental, etcetera. Esse processo, que todos aqui acompanharam, ele produziu a necessidade de se fazer uma regulamentação de uma parte de um Plano Diretor que estabelece a necessidade de um plano específico para um território mais amplo que é o Cais José Estelita, o Cais de Santa Rita e o Cabanga. Também sempre deixamos claro o seguinte: a parte do Cais José Estelita nós tivemos todo esse acúmulo de discussão, inclusive os estudos de repercussão, de num sei o que... Todo o debate que todos acompanharam. Não adianta aqui repetir. Área do Cais de Santa Rita é uma área consolidada quando está se fazendo uma releitura a respeito de novos usos, de permitir a questão da conexão, de uma maior conexão com a frente d'água, *né*? A preservação de determinadas morfologias, inclusive porque ela está mais conectada com o território mais consolidado da ilha. Resta o lado do Cabanga que é uma região que, apesar de já ter algumas características que foram demonstradas aqui, tem uma área ainda passível, que ainda não *tá* concretizada... Passível de ser parcelada e que o município enxergou na formulação desse plano específico a oportunidade de se estabelecer já alguns parâmetros e algumas regras sobre eventual nova ocupação, ou eventual revitalização daquela área definindo usos, definindo determinados parâmetros e tudo. Essa

discussão, a partir da leitura dos dados que estavam na Prefeitura e tudo, produziu um determinado conjunto de diretrizes, de parâmetros, de requisitos. Aberto o debate, isso inclusive já tinha sido cogitado e estudado pela equipe técnica, seria uma necessidade para aquela área, já que é uma área que ainda não temos elementos e dados *pra* compreender a dinâmica urbana resultante de uma determinada forma de adensamento. Nós já tínhamos discutido essa possibilidade, depois de algumas contribuições retornamos, como disse aqui João, com a indicação de que o maior detalhamento e os estudos *pra* os impactos e os efeitos urbanísticos decorrentes daquele tipo de ocupação possam ser estudados a partir de um plano de massa que, na verdade, tem requisitos de todo um plano urbanístico *pra* aquele território. Só que também foi dito aqui que o que nós *tamos* fazendo aqui é uma regulamentação de um plano específico. É um plano específico para uma parte de um território que é muito mais amplo e que precisa sim da construção de um plano urbanístico, que é a Ilha de Antônio Vaz no seu conjunto. Inclusive, todas as apresentações nós não conseguimos chegar na área de borda sem olhar a ilha no seu conjunto e *pra* isso, também foi dito aqui, que a Prefeitura da cidade do Recife está trabalhando, e todo mundo sabe que tem um processo, está trabalhando na construção dos termos de referência, dos instrumentos para viabilizar um plano... Existem várias possibilidades e vários caminhos que estão em processo agora final de definição para a construção de um plano urbanístico, sim, para a Ilha de Antônio Vaz. Inclusive, tomando como referência um estudo que foi citado aqui por Cristiano, que é um estudo que foi contratado pela Prefeitura, que está no acervo da Prefeitura e que contém toda uma leitura do território, toda uma indicação de requisitos e de parâmetros que *tão* sendo estudados. Tudo isso faz parte do acervo. Ninguém *tá* começando do zero aqui essa discussão e todos sabemos disso. Agora a posição institucional da Prefeitura é o seguinte: em que pese a gente saber que existe muitas demandas pendentes na sociedade, muitas lacunas decorrentes, inclusive, da falta de regulamentação do Plano Diretor e de regulamentação de um conjunto de instrumentos como habitação de interesse social e outros, a gente fica com uma demanda que qualquer regulamentação, mesmo que mais específica e mais pontual, ela tem que resolver todos os problemas que estão pendentes na cidade do Recife. Nós não pudemos, por uma questão de responsabilidade institucional, pretender que esse plano específico vá resolver todas as demandas existentes num território como o território da Ilha de Antônio Vaz. Ele se cabe e se presta a fazer uma regulamentação até um ponto onde o acervo, os estudos, o acúmulo existente permite, inclusive em condições mais favoráveis e menos impactantes *pra* cidade do que o próprio Plano Diretor estabelece, porque esse plano específico veio da necessidade de nós regulamentarmos, inclusive, de forma mais adequada do ponto de vista urbanístico parâmetros que estão estabelecidos do próprio Plano Diretor que ainda está vigente, que foi resultado de todo um processo de discussão, *tá* certo? *Pra* que a gente prepare as base para a revisão da legislação urbanística, do planejamento da cidade, *né*? Todas essas questões que já foram apresentadas aqui no Conselho da Cidade, toda uma programação de frentes abertas *pra* discutir o conjunto de políticas públicas voltadas *pro* planejamento urbano. Então, nós já nos posicionamos dessa forma outras vezes, mas eu insisto em novamente falar de forma muito clara e transparente, *tá* certo? Nós estamos num passo a passo. O poder público tem essa responsabilidade. Tem questões como, por exemplo, habitação de interesse social, que foi inclusive perguntada aqui, habitação de interesse social que

a gente nesse território aí identificou que tem, como foi dito aqui, uma área que já existe, *né?* Uma ocupação e que a gente precisa requalificar urbanisticamente. A preservação da morfologia de uma outra área que já está consolidada e nós temos, dentro desse processo de plano urbanístico *pra* Ilha, a responsabilidade e o compromisso de discutir não só o plano de urbanização das ZEIS que necessariamente tem que ser construído junto com a comunidade nesse processo como também, é..., discutir todas as possibilidades que nós temos *pra* requalificar os assentamentos urbanos que já existem no território e que é uma característica dessa Ilha, *né?* Agora, evidentemente, inclusive eu comunico aqui *pra* Gomes Filho da FEMOCOHAAB, *pra* outras representações aqui dos movimentos sociais... Nós já conversamos, em particular, com algumas representações de que nós estamos chamando na Prefeitura, brevemente, *pra* uma primeira conversa, um primeiro alinhamento *pra* discutir com Secretária de Habitação, Secretária de Planejamento e as outras áreas envolvidas, o encaminhamento do plano municipal de habitação de interesse social que, como foi dito aqui, e também a identificação e definição de projetos de habitação de interesse social que, inclusive já estão sendo executados na Ilha, e outras oportunidades que já estão sendo identificadas aqui na Ilha de Antônio Vaz. Agora gente, eu vou deixar de forma clara, não vou usar subterfúgio nem dada não, a Prefeitura não entende, *tá* certo? Que a gente vai resolver todos os problemas pendentes do território da cidade nesse plano urbanístico. Cada instrumento vai ter o seu encaminhamento. A mesma questão que foi dita... A questão dos IEPs. Os IEPs é uma preocupação relevante hoje da Prefeitura só que não adianta começar a discutir lista de IEPs se nós não tivermos um mecanismo de salvaguarda. Um mecanismo de salvaguarda que garanta o seguinte: na hora que a gente publicar uma relação de imóveis a serem estudados, você tem um prazo em que aqueles imóveis estão resguardados de qualquer possibilidade de descaracterização, demolição e tudo enquanto se produz esse estudo que vai ou não caracterizar, finalmente, esse imóvel como de preservação. Entre outras coisas que já foram colocadas aqui. Nós compreendemos que esse debate é um debate rico, é um debate amplo e extenso. Não dá *pra* falar de cidade sem falar de todas as dimensões, de todos os aspectos, mas cada instrumento, *né?* A gente precisa cuidar de um aspecto porque senão ou a gente para e diz assim “olha! A gente só vai conseguir resolver, regulamentar determinados aspectos do ordenamento da cidade depois que a gente fizer um estudo completo, *tá* certo?”. Um estudo completo tem que ser feito sim, mas enquanto isso não acontece alguns elementos nós precisamos regulamentar *pra* cidade poder continuar o seu processo e o seu ritmo de desenvolvimento, *tá* certo? Essa é a posição da Prefeitura. Portanto, é..., conselheiro Leonardo, o encaminhamento que a Prefeitura entende é o seguinte: veja! A Prefeitura tem... O Poder Executivo tem a competência legal, constitucional e formal de iniciativa legislativa em matéria urbanística, *tá* certo? Só que ele está exercendo essa iniciativa precedendo um debate com as instâncias, com as representações *pra* que a gente possa aperfeiçoar, enriquecer como de fato já está acontecendo. Inclusive, muitas questões que a gente *tava* em dúvida ainda ou pendente de decisão, de definição técnica na Prefeitura, após o debate nós estamos conseguindo consolidar de uma forma com mais consistência, *tá* certo? Como foi dito aqui, inclusive por João Domingos. Esse é o debate que nós consideramos que seja produtivo. Agora, evidentemente, que se você tem uma leitura que é contra o processo como um todo... Evidentemente, se há uma leitura de que o processo não deve acontecer, então, deve

ser ver produto nenhum nesse processo. Só que nós não concordamos com essa leitura e com essa visão. Nós achamos que esse processo pode, deve acontecer e pode acontecer de forma mais ampla, aberta e democrática possível, *tá certo?* É... Em relação também a esse questionamento do conselheiro Leonardo, que citou o Estatuto da Cidade. Veja mesmo! Publicizar documentos, informações e tudo, realmente, é um esforço que a Prefeitura tem e deve fazer. Responsabilidade e compromisso. Agora convenhamos, nenhuma instituição que *tá* aqui presente quando *tá* produzindo algum material e algum estudo, antes de fechar a formulação, de bater o martelo, como se diz assim, torna público uma posição quando você ainda *tá* discutindo internamente porque primeiro você faz um levantamento amplo das informações. Como foi dito aqui, a Prefeitura tem uma base georreferenciada que, inclusive, se acessa na internet, onde você, cada vez mais, você está implantando e georreferenciando todos os equipamentos e infraestruturas, *né?* Requisitos, parâmetros, zoneamentos, etecetera, etecetera, etecetera. Essa base e os outros acervos de estudos que foram produzidos, como Cristiano falou e outras questões que foram levantadas, tudo isso compõe um acervo de conhecimento. Esse acervo de conhecimento serve de base para as pessoas fazerem a reflexão, firmarem entendimento e fazerem proposições. Nós estamos apresentando aqui as conclusões desses estudos, dessas reflexões, desses conhecimentos, dessa reflexão. E esses documentos, na medida do possível, nós temos todo o interesse de que sejam todos publicizados, *tá certo?* Todos publicizados. Então, é..., na verdade, assim, eu faço questão... Vocês veem que eu fiz um posicionamento mais institucional mesmo, *né?* A Prefeitura da cidade do Recife, essa gestão se empenhou, inclusive, em tirar da pendência a construção desse espaço de debate democrático, *tá certo?* Viabilizando o Conselho da Cidade, fazendo isso e, realmente, nós achamos que nós temos uma agenda positiva *pra* cidade. Nós temos uma pauta imensa aí de planejamento da cidade, de atualização da legislação e tudo mais. Nós temos que fazer com que esse ambiente seja um ambiente possível de discussão e de debate, de contribuições e de aperfeiçoamento senão a gente não vai conseguir usar isso aqui *pra* aperfeiçoar as questões que são trazidas *pra* o Conselho. Então, o encaminhamento é o seguinte: a Prefeitura está trazendo *pra* apreciação do Conselho uma proposição legislativa que ela vai encaminhar *pra* Câmara. E como rege a lei que instituiu o Conselho e o próprio regimento do Conselho, é atribuição aqui do Conselho discutir, propor, *né?* Sobre matérias que sejam de encaminhamento. Nós estamos buscando isso aqui. *Pra* que a gente possa encaminhar *pra* Câmara de Vereadores, que é a Casa Legislativa, que vai discutir e aprovar a lei... Porque não somos nós. Nós não somos legislativo, *né?* É a Câmara de Vereadores que vai discutir e aprovar a lei, digamos assim, que vai resultar de todo esse processo *pra* que possa ir *pra* lá *pra* Câmara o melhor material que nós possamos produzir a partir dessas escutas, desse processo de escuta. É assim. É isso que a Prefeitura *tá* encaminhando. Nós estamos encaminhando aqui *pra* que a gente possa discutir quais são os destaques, os ajustes, as alterações, as posições críticas aqui que estão sendo apresentadas *pra* que a gente aperfeiçoar esse instrumento. É isso que *tá* sendo trazido *pro* Conselho da Cidade. Nós não *tamos* votando um projeto de lei. Não *tamos* construindo um projeto de lei. Nós *tamos* discutindo uma proposição legislativa do Poder Executivo a ser encaminhada *pra* Câmara Municipal. E é atribuição do Conselho fazer essa discussão e essa reflexão.

01:29:44 – João Domingos – É... Eu queria, assim, antes de mais nada, colocar que essas imagens vão todas ser todas disponibilizadas. É... Acho que é na página do Conselho, né? É... Enfim, hoje ou segunda-feira, o mais tardar. É... Queria, assim, tocar naquela questão lá do Cabanga... Dos 55, dos 45 da lei de parcelamento. É... Leo, *pra* ficar bem claro, certo? Não existe, dentro do que foi considerado 45, área privada de uso público. Os 55 e 45 é, rigorosamente, o quê que é privado e o quê que é público, ou seja, a conta de coeficiente ela é em cima dos 45% é que é, de fato, área, terreno resultante dos indicativos desse plano do ponto de vista de vias, sessões de vias, área de parque, é..., enfim, é..., que resultam num terreno de 45%. Esse terreno de 45%, ele vai ser aplicado em cima dele o cut, certo? Em cima desse terreno, do ponto de vista das diretrizes para o plano de massa específico da região do Cabanga, vai ser colocado questões como ausência de muros, é..., ou seja, a tendência é que do ponto de vista de espaço, de uso público, faz parte dele, talvez, privado até se amplie. Em relação à questão, digamos assim, da lei de parcelamento em si, certo? O entendimento que a gente tem é o seguinte: a lei de parcelamento ela determina que, no mínimo, 35% da área parcelável, loteável seja destinada a equipamentos públicos, sistema viário e praças, áreas verdes e parques. É... O que a Prefeitura, através desse plano, está propondo... Isso de alguma forma não esteja clara do ponto de vista de redação, certo? É o tipo de contribuição que a gente *tá* esperando aqui *pra* que a gente garanta isso. Não é dizer especificamente que é 45%, 46 ou 44, mas que o parque que *tá* aqui, é..., marcado e georreferenciado, que havia... Que tem o seu eixo marcado, uma sessão definida, certo? Quando do parcelamento, obrigatoriamente, sejam espaços públicos. Isso vai resultar na área que nela vai ser aplicada o coeficiente e que que nela, talvez, ainda tenha mais algum espaço que seja privado de uso público. Não sei se assim... Foi claro?

01:32:47 – Taciana Souto Maior – Tem...

01:32:48 – Leonardo Cisneiros – O que eu perguntei na

01:32:50 – Taciana Souto Maior – Assim...

01:32:51 – Leonardo Cisneiros – Só *pra* esclarecer...

01:32:50 – Antônio Alexandre – Veja! Eu... Bom! Eu peço até desculpa... Só fizemos essa fala porque foi feita essa provocação, mais aí a gente retorna na mesma dinâmica das inscrições.

01:33:00 – Leonardo Cisneiros – Mas é porque ele só perguntou se foi claro. Eu só queria... Assim, na outra reunião eu perguntei onde *tava* isso no PL. Não tem isso na redação do projeto de lei, ou seja, do jeito que você *tá* falando é um resultante possível da aplicação de regras de exceção de vias e tudo mais, mas isso não *tá* amarrado no projeto de lei enquanto o potencial está. Então assim, não entendo essa assimetria, ou seja, teria que ter uma... Nada obsta ter um artigo em que se amarre essa proporção indo além da lei de parcelamento. Nada obsta.

01:33:28 – João Domingos – A questão da proporção, especificamente, ela não foi uma proporção com... A gente quer 55/45. A gente quer 50/50. Ela foi resultado, justamente, da análise do território, da impermeabilidade de quadras do tecido desejada, da faixa de parque desejado, do perfil de vias desejado. É... Eu entendo que, e aí a gente pode consultar nosso jurídico também, assim, de como a gente pode amarrar um pouco mais isso, num é? Mas assim, os limites que são definidos no plano, é..., fazem parte da lei. Tem seu perímetro georreferenciado. Os eixos das vias têm também seus pontos georreferenciados. E tudo isso faz parte do corpo da lei, dos anexos da lei. Você precisa ter alguma coisa mais específica dizendo que quando do parcelamento... Um artigo novo... Quando do parcelamento... Não é 45/50... Quando do parcelamento do Quartel do Cabanga, deverá ser respeitado, é..., assim, as sessões, vias e áreas de espaço público definidas nos anexos. Pronto. Isso atende? Não, então. Seria algum tipo de redação nesse sentido.

01:35:00 – Leonardo Cisneiros – O fato de ser calçada ou via pública não garante isso. Você pode fazer calçada com servidão de recuo, por exemplo. Então contaria como área de uso público. A questão é que tem que *tá* amarrado *pra* conseguir esse efeito, *pra* justificar a compensação do cut. A desculpa é essa, ou seja, *tá* compensando o cut e aumentando ele porque a área pública aumentou. *Pra* ter isso tem que ter uma modificação sim nessa regra de parcelamento que pode ser uma regra específica *pra* área do plano. Não tem... Nada impede.

01:35:25 – João Domingos – Veja Só *pra* gente tentar encerrar isso aí... Isso foi um ponto que assim... Que se desejar continuar a discussão, a gente *tá* aqui aberto, mas assim, a gente pode tentar ver como é que a gente pode ver isso aí melhor, *né*? Mas as sessões de vias que estão definidas são de espaço público. Não há uma situação de ser contabilizada, é..., *pra* efeito do parcelamento como um espaço privado. A gente pode tentar deixar isso mais claro. Em relação ao coeficiente em si, a expectativa que se tem a partir de uma aplicação desse desenho e desses índices é de uma redução de 15% do que hoje já é permitido *pra* área, *tá*? Só *pra* registrar que há uma perspectiva de redução do potencial de adensamento daquela área. Eu queria aproveitar, na verdade, foram feitas outras perguntas, eu terminei me aprofundando um pouco mais nesse ponto. É... Eu cheguei a uma semana, *tá*? E uma coisa que me percebeu um pouco, e aí não é dessa gestão, é uma situação talvez um pouco mais histórico, é que a Academia ela reflete muito e ela termina num estudo, num é? Assim, uma monografia, num *paper*, numa forma... Num documento bem consolidado. A gente *tá* justamente trabalhando... Esse é um compromisso que eu tenho... *Pra* poder pegar esses vários documentos que existem e que, assim, basearam tudo isso daqui, mas que não estão formatados ainda, é..., condensados e conectados formalmente do ponto de vista da produção do documento, mas isso aí vai ser subsídio *pra* discussão na Câmara, no que for, assim, do plano geral a ilha. É..., assim, a gente tem uma situação de análise de apresentações que foram feitas nas apresentações, é..., da audiência, da câmara técnica e tal que mostram toda essa leitura. A gente vai condensar isso aí tudinho *pra* poder também disponibilizar o mais rápido possível.

01:37:42 – Taciana Souto Maior – Tem... Tem 6 inscrições. É... FEMOCO HAB, Sinduscon, Ângela, Leo, Rejane e agora Cristiano.

01:37:51 – Gomes Filho – É Gomes Filho, FEMOCOHAB. É... Eu quero passar o microfone para o companheiro Renê que é lá da comunidade, lá da região.

01:38:04 – Renê Guedes – Bom dia a todos e todas. Meu nome é Renê Guedes. Sou líder comunitário da comunidade do Coque há 33 anos e líder dos movimentos sociais, também há 22 anos, na cidade do Recife, estado de Pernambuco, e também coordeno a Rede de Conceitos de Saúde do Estado de Pernambuco. Sem sombra de dúvida, devo primeiro é... A satisfação, *né?* De junto com todos presente, nesse processo de discussão em relação a toda essa área, durante esses 2 anos, sem sombra de dúvidas, foi bastante difícil, acho que *pra* todos os grupos, *né?* Grupos que apoiam o projeto, grupos do governo, *né?* Grupo dos movimentos e nós que fazemos o movimento, *né?* Das entidades e o movimento dos moradores que compõe o eixo do projeto Estelita, *né?* Ou seja, do projeto como todo da Ilha Antônio de Vaz. Como, por exemplo, Coque, Coelhos, Santo Amaro, Cabanga, Pina e Brasília Teimosa. Nós temos nossas representatividades, nesses últimos 2 anos tivemos inúmeras reuniões, e também há nesses 2 anos, nós viemos discutindo com a Prefeitura como também com os representantes do consórcio Novo Recife, não é? E sem sombra de dúvidas, durante esses 2 anos, foi importante, dentro dessas discussões com todos os seguimentos, porque tivemos inúmeras mudanças. Eu creio que, dentro do nosso ponto de vista, quando estamos discutindo, aprofundamos mais de trinta mudanças já acontecidas e, sem sombra de dúvidas, eu acho que ganhou todos nós, ganhou, estamos ganhando todos nós, *né?* Tanto nós, quanto o movimento das comunidades circunvizinhas a Ilha Antônio de Vaz, como a Prefeitura do Recife através dos seus organismos, *né?* De interesse e dever de atuar, como *pros* movimentos também, os movimentos mais técnicos o qual compõe o eixo na área de urbanismo, o meio ambiente, *né?* Patrimônio. Tudo isso houve essa discussão intensa o qual chegamos, *né?* Estamos chegando à reta final para que possamos ser traduzido em diretrizes e *tá* na formalidade da lei, que eu acho que, sem sombra de dúvidas, é lucrativo *pra* todos. Eu gostaria de ressaltar que tem alguns pontos que nós quanto, não só militância, mas como moradores do entorno, nós ficamos bastante, gratificante, satisfeito, dentro do ponto de vista não só do avanço *pra* essas comunidades e da valorização, também dessas nossas comunidades que tem uma carência, mas como da participação de todo o Recife, *né?* Ele não só beneficia a nós, mas beneficia todo o Recife. Tem outras questões mais técnicas que são colocadas por, é..., outros movimentos em relação à questão de mobilidade que, dentro das nossas discussões, nós já apoiamos como, sem sombra de dúvidas, excelente. Como, por exemplo, a Dantas Barreto que, dentro do nosso ponto de vista, e nós que moramos, nós que vivemos, nós que temos o grande número de profissionais que são ambulantes, que são profissionais autônomos, que atuam na Avenida Sul, que atuam na Rua Imperial, nós que, ao longo desses 40 anos, tivemos o nosso número de profissionais autônomos tendo suas pequenas lojas, seus pequenos empreendimentos sendo altamente prejudicados durante essas quatro décadas. Acreditamos que com essa nova roupagem de desenvolvimento, construção, arquitetura trazida para a Ilha de Antônio de Vaz, sem sombra de dúvida, vai nos enriquecer, *né?* Considerando que essas populações, a grande maioria, mais de 40% são autônomos e ambulantes. E, sem sombra de dúvidas, essa oxigenação vai acontecer. Outro ponto, também, que nós agradecemos até o pessoal, os técnicos da

área de desenvolvimento urbano é em relação às questões mendigativas. Essas sim que nós viemos discutindo que são importantes. São desenvolvimentos que nem a Prefeitura, no momento, vem ao longo dessas quatro décadas, vem desenvolvendo. Nem a Prefeitura atual também *tá* tendo essas condições. E aí é um momento de a gente começar a sentar também com a iniciativa privada que vai dispor desses ganhos, que vai dispor, sem sombra de dúvidas, é lógico que quem investe... É lógico que vai ter seu lucro, que também compartilhem. Estão discutindo conosco. Nós estamos, sem sombra de dúvida, *né?* Amadurecendo cada vez mais e amarrando esse compromisso com eles juntamente nessa área mendigativa de inúmeras ações que essas comunidades, *né?* Por ser circunvizinhas, por ser prioritariamente está dentro do eixo elas vão nos necessitar. Nós temos uma parceria, *né?* E essa parceria *tá* dentro do processo da lei do PREZEIS onde a maioria 4 dessas comunidades... Perdão! 4 é? 4 dessas 5 comunidades elas são áreas ZEIS. Então, nós temos algumas dificuldades na área de urbanização de desenvolvimento dentro dessas áreas. E as ações mendigativas na área de habitação, como bem colocou o colega da FEMOCOHAAB, o companheiro que tem assento nesta casa, é fundamental porque aonde temos dificuldade de desenvolver algumas atividades, a gente pode utilizar esta mendigativa para que possamos fazer desenvolvimento de urbanização que *tá* dentro da ZEIS e a gente vamos discutir dentro de uma... Dentro de um setor legal todas essas ações mendigativas, tanto na área de esporte, na área de desenvolvimento econômico. Nós temos uma parceria com o consórcio Novo Recife *pra* que a gente possa ter igual o número de trabalhadores sendo utilizado nesses 3 anos de obra. Preparar a nossa população *pra* depois de todas as obras executadas *pra* que a gente possamos ocupar os espaços de trabalho de desenvolvimento dentro. Então isso é importante *pra* gente continuar. Aí eu agradeço a vocês do Conselho de Desenvolvimento Urbano que, sem sombra de dúvidas, pela contribuição que vocês vêm dando a esse projeto como um todo e ao engrandecimento do projeto não só para essas nossas comunidades, mas como para toda cidade do Recife. Muito obrigado! Desculpe por ter passado um pouco do tempo.

01:43:54 – Paulo Roberto de Barros e Silva – Bom dia a todos e todas. Faço o registro que você fez muito bem aqui ao meu lado. Eu sou representante do Sinduscon. Sou arquiteto. Paulo Roberto de Barros e Silva. Vou ver se consigo nos 3 minutos e um segundo. Muito bem. Então, quase o dobro. É... Gente! A minha... A minha fala ela tem um... Um estágio um pouquinho diferente do que o debate *tá* conduzindo. Que é uma fala muito mais de reflexão. Eu vim representando o setor da construção civil. Sou arquiteto, amo minha cidade, penso nela o tempo todo, conheço meus colegas arquitetos que lutam por ela. Lá na universidade batalhando *pra* botar na cabeça dos meninos a importância de cuidar do planejamento como Tomaz faz. É... Eu diria que a gente precisa olhar um pouquinho o que *tá* acontecendo nessa sala. Bem rapidinho. O que aconteceu há um ano, o que *tá* acontecendo hoje. Em março do ano passado era inimaginável está aqui discutindo se a gente ia mudar a lei de planejamento. Não. A lei de parcelamento federal 6766 *pra* ampliar o uso público do território privado. Tamos discutindo aqui com a maior tranquilidade. Incorporando numa proposta de projeto de lei municipal uma ruptura nos famosos 35 e 65% público/privado. Que bela conquista o resultado dessa luta. Que bela conquista olhar *pra* esse pedaço de território e descobrir que temos quase 6 quilômetros de frentes d'água sendo disponibilizados *pro*

cidadão do Recife. Do braço morto a ponte giratória *tamos* oferecendo 6 quilômetros *pro* cidadão do Recife circular. E a calçada vai passar, doa a quem doer, por onde tiver que passar porque vocês que *tão* fazendo essa reunião vão fazer passar pelos 6 quilômetros, eu não tenho dúvida. Porque vocês foram capazes de mudar o que *tava* ali. A reflexão é... Aonde estamos e onde vamos chegar? Eu respeito profundamente as tecnicidades de um projeto de lei porque ele vai definir rumo, definir coeficiente, área de aproveitamento, área de venda, área de não venda, área pública, área privada, densidades, populações. O Conselho da Cidade que é um enorme avanço, que é um gigantesco avanço do ponto de vista de tratar da cidade de uma outra forma, tem hoje um grande desafio. Destruir o processo que teve início com a posição dos cidadãos do Recife. Eu não vou falar de quem ou de quais. O cidadão do Recife se posiciona. Isso não pode ser assim não. Tem que ser diferente. Esse projeto tem que ser diferente. Que o projeto que *tá* posto aí, que não é mais o projeto do pedaço do território, é um projeto que tem 6 quilômetros de frente d'água pela sua escala, pelo seu tamanho, pela sua magnitude e pela sua importância. Então, é o que se tem de resultado. O que é que se conseguiu nessa luta até agora? Essa luta travada cotidiana. Uma luta de sonho, uma luta da utopia, uma luta da economicidade do negócio do outro lado, uma luta da gestão administrando o conflito no meio, uma luta dos pobres da ilha de Antônio Vaz. O que é que a gente conseguiu? Hoje, que temos aí posto num projeto de lei? Mudança de paradigma a começar pela discussão aqui dentro no Conselho da Cidade. É mudança. Não é mais, com todo respeito ao meu CDU, que nasceu quando eu era secretário de planejamento em 1979, é muito mais que o CDU. Segunda mudança, a relação público/privada. E aí eu não vou discutir... Desculpe João. Desculpe meu colega que falou do que é a área de coeficiente. Coeficiente, densificação, adensamento, população é um item. O item principal é o que é que o cidadão faz *pra* andar na sua cidade? O que é que ele pode pisar? Onde ele pisa? Que não tenha muro, nem grade, nem porteira, nem cara de quartel. O que a gente *tá* pondo aí? O que vocês conseguiram nesse tempo? O que eu vi hoje, o que eu *tô* vendo nesse pedaço de território, é que o que *tá* verde aí é do cidadão. Ninguém fecha mais. O que *tá* verde aí clarinho o cidadão vai andar por aí, qualquer um de nós. Não vai fechar mais. Vai *tá* incorporado à cidade. Esses percentuais, o percentual que se conseguiu nesse redesenho de 65 a 35, é verdadeiro. *Tá* tudo aberto. Não tem muro. Tem um edifício, mas não tem mais muro, não tem mais grade, não tem restrição ao uso pelo cidadão. Isso é um avanço enorme, inimaginável há um ano atrás. Eu participei de uma primeira reunião um ano atrás sobre esse tema. Inimaginável. Ponto. Não existe mais impedimento imobiliários no Recife que tenha uso ativo no solo com a escala dos impedimentos de impacto. Não vai mais exigir. Será incorporado pelo mercado porque ele queira ou não queira, mas porque a cidade assim quis. Esse é outra ruptura. Se a gente olhar um pouquinho mais a gente vai ver coisas do tipo a integração entre empreendimentos. Não tem uma quadra *pra* o projeto. Tem um território com quadras abertas integrando todo mundo. Você vai sair de uma ponta a outra e chegar lá no outro extremo integrando e circulando por dentro e não por fora espremido nas ruas. Outra conquista. Fantástica conquista inimaginável *pro* Recife e *pro* modelo padrão de ocupação da cidade. A gente podia passar a manhã fazendo exercícios do que se vem conquistando aí, mas é pouco. Porque eu queria o plano da ilha mesmo. Desculpe secretário. Eu queria ver a ilha mesmo. E acho que todos nós queremos ver a ilha planejada, mas nós temos hoje um desafio de que, nesses 12 meses de trabalho,

onde vocês *tão* lutando diuturnamente em várias formas, o que é que a gente conseguiu e o que se abre *pra* frente? O compromisso de mexer com o Plano Diretor que vem aí, que *tá* aí, que tem que ser feito já porque passou do tempo, porque o que nós temos é ruim e nos leva a essas dificuldades, significa destravar isso. Do ponto de vista institucional político da sociedade, isso travado, trava o Plano Diretor. Falo um velho de 71 anos que viveu planejamento desde 1979. Conheço a lei 7427 que foi de 1961 pela qual eu comecei a trabalhar arquitetura. Isto trava o nosso Plano Diretor desejado. Não tenho nenhuma dúvida. Porque isso é uma encrenca. Uma encrenca institucional, política, econômica, social que nos leva a travar um processo de avanço que é muito rico, é fantasticamente rico. Falo porque eu sei o que aconteceu aí dentro e o que eu *tô* vendo agora. Vou terminar. Depois eu entro nos detalhes. Reflitam! Reflitam! Reflitam todos nós porque aqui eu vejo cidadãos que querem o bem da cidade, cada um do seu jeito. Cada um do seu jeito. Eu quero, você quer, você quer, cada um do seu jeito. Essa é a oportunidade de planejamento. É a oportunidade de mexer com paradigmas e sinalizar o que vem por aí. Vocês estão plantando, nós plantamos, secretário, o que vem por aí. É daí *pra* melhor. Nunca mais o que tinha antes. Essa é a minha visão e o meu pedido de reflexão *pra* todos nós em quanto se ajustam as technicalidades.

01:52:32 – Ângela Carneiro – É... Bom dia. Ângela do CAU/Pernambuco. É... A primeira eu ia dividir a... A... As minhas, as nossas perguntas em duas. Primeira seria a respeito da questão do Conselho, *né*? Como o secretário falou, estamos numa fase de um grande exercício. E um exercício de montar e trabalhar um Conselho de Cidade. Grande evolução *pra* cidade onde a sociedade toda pode opinar e entender como é que a cidade pode ser construída para todos nós. O CAU, é..., e nós como conselheiros temos algumas apreensões quando chegamos ao Conselho porque ainda não entendemos como ele *tá* funcionando. Eu queria só, é..., explicar aqui que existe no Conselho câmaras técnicas. São formadas por técnicos e que precisam tratar de assuntos que geralmente são assuntos complexos. Essa câmara ela tem uma função de preparar as discussões temáticas *pra* apreciação e deliberação do plenário. Então, a gente só teve uma reunião de câmara técnica *pra* tratar de um assunto que depois é um segundo assunto que a gente vai falar. E nessa câmara a gente precisaria ter, *tá* certo? Entendido quem é que iria sistematizar uma audiência pública que ela convocou, *né*? E depois essas discussões seriam é... Essa... Essa... Esses documentos seriam promovidos através de articulações. Então eu vou ler aqui, *tá*? Promover articulação com órgãos, e entidades promotoras de estudos compostas e tecnologias relacionadas à política de desenvolvimento sustentável do município. Apresentar relatório conclusivo do plenário do Conselho sobre matéria submetida ao estudo diante de prazo fixado por este. Não vou ler tudo, mas assim alguns itens. Sempre que necessário convidar pessoas de notável saber em áreas específicas para participar da sessão. Monitorar e fiscalizar a execução da política urbana, isso é, de atuação e apresentando propostas do plenário. Então ficamos um pouco apreensivos quando viemos a reunião porque a gente não entende o que é que vai acontecer hoje, o que é que iria acontecer hoje, porque essa câmara técnica precisava continuar trabalhando para apresentar ao plenário o resultado dessa discussão. Essa é a minha pergunta. A segunda é posicionar a... Como o Conselho vem entendendo essa questão. É... É... Temos acompanhado, *né*? E dou boas-vindas ao nosso professor Paulo. É...

Acompanhado dentro do Conselho e os arquitetos todos essa questão dessas duas questões específicas. Uma grande pendenga como foi conversado aqui sobre a questão do José Estelita. E o conselho reconhece, *né*? Os ganhos e a evolução desse processo. Nesse último ano como a proposta passou de proposta de lote para uma proposta de um plano, mas o Conselho não entende como gente perde a oportunidade nesse momento de planejar a cidade já que todos entendemos que esse Plano Diretor da cidade do Recife que precisa ser revisado. Quando a gente perde a oportunidade de trabalhar a ilha como uma peça. Não resolver os problemas da cidade, mas trabalhar a ilha como ela merece ser trabalhada. A cidade do Recife não merece que este coração da cidade seja trabalhado em pedaços. O Plano Diretor pede um plano específico para uma frente d'água. E a gente entende que é... Quando a gente foi discutir também Vila Naval e que foi uma proposta, também, de minuta de projeto de lei. Veio a Vila Naval sem o conjunto também que o Plano Diretor pedia que era Santo Amaro e Tacaruna. Então a gente não consegue entender como a gente não pode reverter esse processo para melhorar a questão urbanística da cidade. A gente entende que esse processo tem que ser analisado a ilha como um todo e que essa exceção que é o Cais José Estelita ele é uma exceção. Então a gente pode tentar ver se a gente consegue entender o Cais José Estelita e o acompanhar. O mesmo processo da forma que a gente emergiu, que não é a forma correta de se trabalhar. A gente entende que isso tem que ser feito o diagnóstico, o plano e a legislação. E quando a gente percebe que algum documento como a legislação passa vir a frente de um documento que é muito mais importante uma discussão, que é muito mais importante, que é o plano urbanístico. Então o CAU se posiciona que, a gente insisti e vai continuar insistindo, de que a gente precisa entender essa ilha como um todo porque ela é muito complexa. E a gente não vai resolver ela se a gente fizer ela aos pedaços. A gente só vai resolver ela se a gente conseguir entender ela de maneira maior. *Ok*? Muito obrigada.

01:58:22 – Leonardo Cisneiros – É... Leonardo Cisneiros. Direitos Urbanos. É... Em primeiro lugar eu queria reforçar a fala de Ângela que uma coisa que o secretário não respondeu a questão do procedimento, *né*? Ele falou simplesmente que vai ser enviado *pra* Câmara e tal o macroprocesso, *né*? O processo do ponto de vista macro, mas não do ponto de vista micro do Conselho, ou seja, como vai ser o procedimento da discussão do plano aqui, ou seja, quais vão ser os passos, como é que vai ser feito, como é que vai ser a deliberação e tudo mais. Isso precisa ser esclarecido até porque essa discussão fica uma boa conversa de comadre, num é? Mas essa parte de sistematização dessa discussão e em que momento a gente levanta essas questões não *tá* claro, ou seja, não é o momento realmente de discutir parcelamento agora porque não *tá* claro como é que a gente vai colocar esses pontos específicos, como é que a gente vai encaminhar isso aí. Ficou um bate bola... Uma coisa... *Né*? Assim, um *brainstorming*, mas não é uma discussão realmente formalizada de um plano urbanístico como deveria ser. Então isso precisa *tá* claro. É... Quanto a questão de resolver os problemas da cidade, *né*? De novo, um *slogan* que o secretário pegou e aí... *Né*? Não é questão de resolver os problemas da cidade. É questão, primeiro, de fazer um *case*, como eu disse, testar soluções aqui *pra* problemas que vão ser gerados no próprio território, ou seja, são problemas dos próprios empreendimentos do território. Quando a gente fala em cota de habitação de interesse social, a gente não *tá* querendo resolver o problema do déficit da cidade toda, mas sim combater um

processo de gentrificação que os empreendimentos de alto padrão propostos *pra* área podem trazer. Então é no território uma compensação e um controle de várias externalidades que podem advir desses empreendimentos propostos sobre o patrimônio histórico, sobre mobilidade, sobre a questão da distribuição do extrato social na ilha e tudo mais. Então, isso é uma questão de controle de território. Ninguém *tá* querendo salvar o mundo nesse plano agora não. A questão não é essa. Quanto à questão do território, reforço o que Ângela falou, eu já falei da outra vez também isso, a questão do casuísmo na Vila Naval se restringir ao território ao filé, vamos dizer assim, do território previsto do Plano Diretor e aqui, enquanto a leitura do território diz que deveria ser ampliado, ficar ao pé da letra do Plano Diretor. A leitura do território, da funcionalidade desse território inclui essa área da Rua Imperial, área que vai até o metrô ali, inclusive é, por exemplo, uma ferramenta de mobilidade urbana que deveria ser integrada, que pode resolver vários problemas. Você adensar perto do metrô é o tipo de recomendação de diretriz que se coloque em qualquer lugar do mundo. Então se é *pra* adensar, adensa perto de um transporte de alta capacidade, de um transporte público de alta capacidade. É... Isso tem uma articulação... *Tá* claro no diagnóstico do plano que tem uma articulação entre essas áreas. Eu queria saber, inclusive quando você olha o plano assim, essa visão da ilha como um todo, o interessante que tem um grande vazio atrás, mas vai ser um grande vazio. Eu faço a pergunta aqui. Não existem propostas em curso na Prefeitura de PPP para essa área? Já foi falado que sim, inclusive na nossa famosa Odebrecht citada na Operação Lava Jato, que existem propostas de PPP para essa área, certo? Então assim...

02:01:24 – Antônio Alexandre – Não era Odebrecht não... Era outra.

02:01:27 – Leonardo Cisneiros – Ah! Não, mas tinha essa... Tinha falado da Odebrecht... *Tá!* Mas, no caso, existem propostas *pra* essa área. Então assim, essa área não pode ficar dentro de um planejamento da ilha como um todo, você deixar uma área enorme dessa, certo? Com vários galpões abandonados que são utilizáveis, adensáveis, sem planejamento, ou seja, planejar só a parte da frente *pra* liberar sem considerar isso aí. Tem que ter uma visão como um todo, inclusive o impacto sobre infraestrutura e sobre mobilidade é sobre o todo. Quanto à questão do artigo 25, também merece uma discussão mais aprofundada depois quando a gente decidir como vai encaminhar isso aqui, mas só uma questão de que não pode-se dizer que ele é o resultado, que ele existe *pra* garantir a negociação sobre o Novo Recife. Pelo contrário. Ele é um botão de implosão da negociação sobre o Novo Recife. Se o consórcio Novo Recife *tá* interessado realmente em levar a sério a negociação que fez, ele tem que aceitar o resultado desse plano, qualquer que seja, certo? Agora se dá ao consórcio a opção de no final de um processo longo, até o final da Câmara dos Vereadores vai somado quase 1 ano, e implodir o processo todo e licenciar o projeto original, isso faz todo mundo de besta. Repito o que eu falei na audiência. Faz todo mundo de besta, inclusive o prefeito Geraldo Júlio que é o fiador do processo de negociação. Se o processo de negociação no qual ele é fiador é sério, o resultado tem que ser o resultado do processo de negociação. Não o resultado que o consórcio privadamente escolher usando a prerrogativa do artigo 25. Esse artigo 25 implode todo o processo de planejamento e negociação. Por pior que seja o processo a gente

pode discutir um bocado e tudo mais, mas a questão é que se o processo de negociação é sério, o resultado tem que ser vinculativo. A questão é essa.

02:03:14– Antônio Alexandre – Não... Porque o conselheiro Leonardo pediu um esclarecimento em relação ao encaminhamento. Eu acho que diversas questões foram colocadas aqui e realmente nós concordamos. Veja! O Conselho da Cidade tem a oportunidade... Nós já fizemos, inclusive uma apresentação de matérias que podem e deve ser estudadas pelo Conselho da Cidade a partir, inclusive, do estudo das câmaras temáticas, do aprofundamento disso. Nós fizemos, inclusive, um elenco de qual seria a agenda possível nas 5 câmaras temáticas incorporando todas essas grandes agendas. Planejamento urbano, revisão da legislação urbanística, habitação, saneamento, resíduos sólidos, drenagem, manejo de águas pluviais, é..., a questão ambiental, né? Tanto as unidades de conservação como o enfrentamento a mudanças climáticas, enfim. Toda essa agenda que hoje *tá* diante de nós e tudo e que a gente já apresentou e que deve ser objeto da apresentação. A gente colocar o material que já *tá* disponível, que já *tá* em discussão e tudo *pra* usar esse ambiente das câmaras temáticas e realizar o grande debate que a sociedade precisa, que a cidade precisa. Agora, como foi dito aqui, esse plano específico não tem o condão de ser um plano urbanístico *pra* Ilha de Antônio Vaz. Esse processo nós vamos realizar daqui *pra* frente, como já foi dito, inclusive já bem adiantado em discussão, as contratações e os estudos que precisam ser contratados para ampararem e darem respaldo a essa atualização de uma leitura mais ampla da Ilha de Antônio Vaz considerando os diversos aspectos que foram feitos. O que nós *tamos* discutindo aqui, e eu acredito que foi claro, é a necessidade de se estabelecer um plano específico para uma borda de ilha em que nós temos diante da gente um processo longo de discussão, como todas as nuances que todos nós sabemos aqui, né? Relacionadas com um projeto que tinha uma escala de, no mínimo, 1/3 desse território que a gente *tá* considerando aqui, que tinha essa escala. Tamos falando de uma outra parte dessa área que o Plano Diretor requer um plano específico que é uma área já mais consolidada onde, inclusive a gente *tá* apenas garantindo a qualidade urbana, abrindo as visadas do Forte das Cinco Pontas, permitindo uma consagração de conceitos, a continuidade do parque a partir das calçadas e tudo para o território de Santa Rita e o desafio diante de uma área que ainda não está *tão* consolidada, pelo menos parte dela, que era o Cabanga, que inclusive, apesar de todos os estudos que foram feitos e todas as proposições, se consolidou numa visão, hoje já se tem uma maturidade de quais seriam os requisitos e os critérios a serem exigidos daquela área que ainda não está parcelada, portanto, é objeto de haver uma mudança de morfologia mais intensa, mais radical, mudança de configuração do tecido urbano naquela parte que é aquele extremo do Cabanga de que *tá* sendo remetido por um plano de massa. Isso... Esses elementos são elementos de um plano específico. Ele *tá* regulamentando o Plano Diretor num aspecto, inclusive, como eu disse, até melhorando e avançando, como foi dito pela fala do conselheiro Paulo Roberto aqui, diversos aspectos, que já fazem parte do debate que são conquistas. Eu concordo com Leonardo quando ele diz que isso pode ser um *case*. *Pra* mim já é um *case*. Já é um *case*. Eu, como já disse aqui outras vezes, não sou urbanista, mas me considero um cidadão razoavelmente bem informado *pra* saber que eu como cidadão é a primeira vez que eu vejo um debate urbano da cidade ser formalizado elementos de qualidade urbana e ambiental como foram os descritos aqui por Paulo Roberto, *tá* certo? E

outros que foram apresentados aqui. Então eu acho que nós estamos produzindo sim um *case*, um avanço provisório enquanto a gente pensa a cidade no seu conjunto, que isso demanda mais tempo como foi dito aqui pela conselheira Ângela. *Pra* construir um plano urbanístico a gente precisa fazer uma releitura da cidade, atualizar os elementos, fazer todos os estudos. E é esse o esforço que a Prefeitura *tá* procurando desenvolver tanto da contratação dos recursos necessários como também da mobilização e na apresentação nessa instância das câmaras temáticas, construindo uma agenda que a gente, inclusive não *tá* conseguindo avançar porque nós *tamos* travando nesse debate, *tá* certo? É... Na verdade, Leonardo, o que a Prefeitura pretende aqui é o seguinte: nas atribuições... Veja! Não se trata da construção de um plano urbanístico. Então, na verdade, o que a Prefeitura está assumindo, dentro de todo o processo de mediação que fez, é de que agora nós estamos partindo *pra* regulamentação de um plano específico *pra* um pedaço da ilha, consagrando o que nós entendermos ter sido avanços e conquistas de todo esse processo de discussão que há alguns anos a cidade vem tendo sobre esse pedaço aqui, que, a partir de um projeto específico, a leitura, consagrando isso, vencendo esse etapa *pra* que a gente possa se lançar diante do grande desafio que é repensar a cidade, de que é planejar a cidade. Ai *pra* isso, a Prefeitura da cidade do Recife tem a prerrogativa de encaminhar um projeto de lei para a Câmara de Vereadores que é a instância que vai discutir, aprovar, alterar, modificar, rejeitar, fazer qualquer coisa com essa matéria, mas tem a prerrogativa constitucional da iniciativa legislativa. E esta trazendo *pro* Conselho da Cidade essa discussão considerando que *tá* nas atribuições do Conselho da Cidade também opinar, discutir, contribuir, avaliar e tal, num sei o que, matérias que sejam de interesse. Não *tá* dito que o Conselho da Cidade ele tem que necessariamente aprovar todo o projeto de lei que o Poder Executivo tem que apresentar *pra* Câmara dos Vereadores, mas *tá* dito que esta é uma instância de participação democrática das representações da sociedade na construção das preposições normativas e é isso que nós *tamos* fazendo. Então o que a gente *tá* propondo ao Conselho da Cidade é que a gente possa discutir os ajustes, as adequações, os aperfeiçoamentos que nós possamos fazer nesse projeto de lei *pra* que essa proposição possa ir fortalecida para a Câmara de Vereadores, enriquecida para a Câmara de Vereadores, com esse debate que nós já estamos a algum tempo produzindo. Não é agora não, gente. Não é agora não. Ninguém venha dizer que a gente *tá* discutindo esse pedaço desse território agora. Nós não estamos discutindo isso agora, *tá* certo? Então essa é visão. Então, de forma clara, o encaminhamento é esse. O Poder Executivo, encerrando todo esse ciclo, vai encaminhar um projeto de lei e está colhendo nesse debate quais são os destaques, as indicações, as proposições para aperfeiçoamento desse projeto de lei. É esse o encaminhamento que a Prefeitura está apresentando ao Conselho da Cidade e que nós pretendemos sair daqui em condições... Como já aconteceu, inclusive, como foi mostrado aqui, nós fizemos diversos ajustes e adequações no projeto que originalmente foi apresentado aqui *pra* que a gente possa apresentar isso *pra* quem constitucionalmente tem a prerrogativa de analisar essa matéria e de produzir o seu resultado final. É essa a questão. Hã? Por que não diz quais são os destaques, quais são os aperfeiçoamentos? Você mesmo apresentou a questão de parcelamento, de que precisava *tá*, num sei o que, tal, tal. Isso é uma coisa que a gente vai absorver e outras questões que foram levantadas.

02:10:49 – Taciana Souto Maior – É. Porque tem 9 inscritos. Rejane, Cristiano, Sandro, Márcio, Bismark, Luciano, Maurício, Isabella e Ângela. São 9 inscritos. Ai vocês... É... A gente tá em plenária.

02:11:08 – Conselheira não identificada – Como a gente fez uma pergunta, secretário... É o seguinte: existe essa discussão do Cais José Estelita é uma discussão. Outra discussão é um plano específico *pra* Santa Rita, Estelita e Cabanga. Isso é outra coisa. Então são duas coisas diferentes. Segundo, a gente perguntou sobre as câmaras técnicas que tem a função de fazer e sistematizar tudo isso para o Conselho votar. A gente queria entender se hoje vai ser votado alguma coisa.

02:11:48 – Antônio Alexandre – A proposta de encaminhamento da mesa é o seguinte: nós temos um texto base que o projeto de lei. Temos destaques que foram apresentados pela Prefeitura, *né*? Nós pretendemos que se apresentem outros destaques, outras questões que estão sendo questionadas aqui a gente possa votar aqui a apresentação, se for o caso, se tiver discussão dos destaques ou a matéria base, o texto base ou a matéria que vai ser encaminhada pelo Poder Executivo para a Câmara de Vereadores enriquecida com o debate que aconteceu aqui no Conselho. Essa é a proposta.

02:12:24 – Rejane Pereira – É... Rejane Pereira. Sou conselheira da Cidadania Feminina. É... Primeiro eu queria lembrar a Prefeitura que a Prefeitura não inventou a roda, *né*? A roda foi inventada pelos assírios. Então a Prefeitura não é primeira a discutir a cidade, *né*? Dizer que o secretário andou pouco na cidade porque a discussão do Conselho, do Plano Diretor... Eu estava presente como alguns aqui. No plano da cidade nós *tavamos* presentes. Quer dizer, a cidade ela já vem nesse diálogo. Não foi nenhuma *bénéfice* essa questão de estarmos hoje aqui. Não é um presente da administração atual. Não é isso, *né*? Todas as conquistas que estão aí foram conquistas que foram as ruas, num é? Eu estava agora recente fora do Brasil e veio um rapaz espanhol me perguntar por que a mudança do Cais José Estelita. Veja! Eu *tava* lá fora do Brasil e o camarada, numa das reuniões que eu estava apresentando no mundo do trabalho, ele veio perguntar sobre o Cais José Estelita. É... Quer dizer, é uma conquista do movimento. Não é a Prefeitura que fez isso. Talvez a gente nem seja aplaudido porque Leonardo não foi nenhuma vez aplaudido. Eu percebi que ninguém aplaude, *né*? Algumas coisas que foram colocadas aí. Então os aplausos *pra* Leonardo que falou também *pra* gente ter esse juízo. Uma outra é em relação a quem somos realmente, *né*? Eu sou conselheira da cidade. Foi a maior confusão para estarmos aqui. Se apropriar do que *tava* acontecendo. Eu concordo plenamente... Eu sou da sociedade civil. Não tenho como apoiar. Não é porque é desde governo. É porque esse projeto não nós contempla. Na verdade é isso. Ele é de muito... Vê alguém apoiando... Muitos de nós apoiando o Projeto Novo Recife. Eu lembro muito bem do filme, *né*? Mordomo da Casa Branca. Lembra muito esse... Né? Porque, na verdade, essa é nossa expressão. A gente vê do que *tá* colocado como processo democrático de diálogo, de discussão com a sociedade. A sociedade muitas vezes é mal convocada. Então, de qual é a sociedade que eu estou falando, num é? Então também tem isso que a gente pode dialogar entre nós. A outra é planejar a cidade. Eu acho que no planejamento da cidade busca-se as diferenças e busca-se realmente os diálogo. Não tem como você

planejar a cidade por um viés só. Então na outra reunião foi dito que vinha pessoas de maior saber, que chamam de notório saber, pessoas que podiam está envolvidos também num outro processo e a gente vê a própria Prefeitura fazendo o processo de defesa, de análise. Então a gente *tá* sempre vendo é o secretário. Então, quem somos nós nesse diálogo aí do Conselho? Da câmara técnica... A gente fez todo um diálogo, um debate que a câmara técnica iria fazer as restrições devidas, iria *tá* pontuando *pra* que a gente recebesse, pudesse está... A gente não tem visto isso, num é? Como as câmaras técnicas também ficou acordado que dois eixos iriam ser dialogados, que é a questão de gênero e raça, a gente podia *tá*... A gente não *tá* vendo isso. Como é que nós conselheiros e conselheiras a gente pode está nesse diálogo do processo da construção do Conselho...? A gente entender também qual é aí a nossa fatia, *né*? E o Plano Diretor eu diria que ele não é ruim de tudo. Agora, o Plano Diretor como ele começou ele passou por um amplo processo na sociedade. Quem é vivo e viva e sabe e participou, sabe de que realmente a cidade foi mexida a cidade do Plano Diretor. E a gente queria ver nesses debates... Não só da ilha, mas do Cais José Estelita, que mexeu com a sociedade. A Cais José Estelita foi mexida porque alguém perguntou porque me bate e aí reuniu muita gente nesse processo. A cidade realmente fosse participativa e que a Prefeitura da cidade do Recife reconhecesse que antes da Prefeitura está, essa gestão atual, nós já tínhamos início um diálogo bastante profundo. Esse é meu entendimento. *Brigada!*

02:16:16 – Taciana Souto Maior – Cristiano.

02:16:24 – Cristiano Borba – As minhas perguntas também ficaram sem respostas, pelo menos parcialmente. Veja João! Quando eu perguntei por mais dados e justificativas bonecas, vamos dizer assim, que embasem o representado aí na modelagem, eu não *tava* pensando em publicações de capa dura com SPN... Não é isso não. Nem que nada tenha passado por conselho científico. Num precisa disso tudo não, mas a gente tem na nossa própria cidade um histórico de instituições públicas de planejamento urbano sempre apresentam respaldo mais palpável daquilo que se transforma em desenho. Eu não estou falando nem nos tempos das URB, mas Núcleo Técnico de Operações Urbanas do próprio Governo do Estado, é..., o próprio Instituto Pelópidas, como vinha acontecendo, a gente sempre tinham dados que respaldavam aquilo que *tava* sendo apresentado e bom! Você trabalhou no projeto Recife-Olinda há 10 anos atrás, você sabe muito bem o que eu *tô* falando. Você não precisa ter nada... Não precisa ser uma monografia, ter uma tese publicada *pra* que se tenha informação a passar. Você tem notas técnicas, relatórios técnicos, existe algo que deve está sistematizado e que pelo menos deve dá algum embasamento *pra* o que *tá* desenhado. Senão a gente começa a achar que o projeto de lei *tá* se baseando só num desenho. E eu digo só um desenho porque, realmente, aparecem coisas aí desenhadas que... Bom! Se não tiver um respaldo anterior, aí eu vou perguntar porque tem um prédio cilíndrico ali na... 2 prédios cilíndricos no Cabanga? Porque o outro tem uma angulação *pra* cá e o outro *pra* lá? Bom! Se é exercício de desenhos *tão* e somente, então o que a gente entende é que o plano não *tá* concluído. Se o plano *tá* concluído, algum material ele deve existir e eu não sei se... Mas assim, é isso que *tá*... A gente tem sentido falta desde a primeira reunião sobre esse projeto de lei. Apresenta o plano. Ah! O plano é uma síntese. Não. Uma síntese é uma síntese. Um plano é um

plano. Cadê o plano? Ah! O plano vai ser apresentado. Ai se transforma em um plano de massas, mas é um plano de massas que tem um bocado de desenvolvimento formal aí e... *Tá! Peraí!* Isso é só um indicativo? Se é só indicativo é indicativo de que? E de novo. Eu digo, é um mistério. É a falta de conhecimento. A gente teve uma reunião técnica anterior que não foi apresentado nada disso. A gente *tá* pedindo de novo, também não aparece, enfim. Não é requinte de academia isso. Eu acho que é da prática urbanística. É assim... A gente não *tá* falando de um projeto de ambiente de Casa Cor. *Tá* falando de planejamento urbano. Isso é uma prática consolidada desde o século XIX. Sempre se fez assim.

02:19:36 – Antônio Alexandre – Bom! Nós estamos com... Ainda com 7, é..., pessoas inscritas. A gente pede... Vai *tá* encerrando agora *pras* inscrições porque nós temos um prazo aqui de entrega do espaço *pra* o museu que vai precisar disso a tarde, desse espaço à tarde. Então a gente *tá* encerrando *pra* poder fazer os encaminhamentos finais quando terminarem as inscrições. Quem é o próximo inscrito, por favor? Sandro, por favor!

02:20:02 – Sandro Guedes – Boa tarde! Sandro Guedes. Arquiteto. Representante da ADEMI. Só concordando muito ali com o que o professor Paulo Roberto falou. A gente tem que lembrar que isso é um processo, um processo específico do Novo Recife, que a gente tem que buscar um fim *pra* ele. Isso não *tá* se arrastando a 1, a 2 anos não. Vai se arrastando desde 2008. É uma discussão *tão* antiga que isso foi protocolado no Plano Diretor anterior, foi-se aprovado um novo Plano Diretor e já está se falando da revisão do Plano Diretor de 2008, certo? É um processo que vai atravessar 3 Planos Diretores e não *tá* se deslumbrando um fim *pra* isso, certo? É... Quando a gente fala de 2008, é..., não é a data mais anterior não. Que eu lembre disso aí, eu acho que desde 2000 que se tem estudos, desde que eu entrei na faculdade em 90 que se fala em derrubar o viaduto das Cinco Pontas, certo? Então, algumas décadas que se pensa essa região e não se chega num ponto final *pra* isso num é? Quando foi visto o primeiro projeto de 2008, quem imaginava que hoje a gente estaria chegando nesse ponto aí, *né?* Que é desse projeto feito, refeito, alterado, adaptado, respondendo a várias solicitações, a vários desejos, certo? Então é um avanço concreto, certo? É um projeto muito melhor do que o que foi feito em 2008. É um avanço real *pra* cidade, certo? É... Fruto de um diálogo, certo? De vários atores, da Prefeitura, dos empresários, da sociedade, dos conselhos, das entidades, certo? Mas que precisa ter um fim, certo? Precisa chegar num ponto de definição porque é fruto de um processo participativo, pode não ter sido no começo, mas de 2 anos *pra* cá se tornou um processo participativo e a alteração que foi feita é reflexo disso. Eu acho que, é..., chega-se num ponto que tem que ter uma definição, certo? Tem que ter um final esse processo.

02:22:31 – Márcio Erlich – Bom dia! Márcio, IAB. Eu queria trazer alguns pontos. Tem uma questão sobre o uso ativo do solo, uso ativo do térreo, que vinha atendendo uma diretriz do plano de fomentar uma vitalidade urbana, *né?* E as oportunidades de desenvolvimento de comércio e serviço de escala local. Tendo como referência de vitalidade urbana o centro da cidade, centro histórico que fica logo ali atrás, criou lá pelas ruas, a gente vê que a porcentagem de uso ativo de fachada *tá* muito perto de 100%. Praticamente todas as faixadas de todos os edifícios do centro da cidade se

aproximam de um número, provavelmente, perto de 100%, mas o plano ele propõe 20% apenas de fachada, de fachada. É... Não dá *pra* garantir o que diz na diretriz de vitalidade urbana apenas por 20%. A não ser que traga algum exemplo na cidade do Recife ou numa outra cidade semelhantes ao Recife onde apenas 20% de fachada de uso comercial vai gerar uma vitalidade, uma área urbana do tamanho que esse plano pretende, é..., planejar. Então eu queria propor *pra* o início da discussão sobre essa questão, especificamente, uma inversão numérica, *né*? Onde ao invés de 20% a gente traga 80% que ainda não muito perto dos 100%, provavelmente, que tem de uso ativo na cidade histórica, *né*? E os outros 20% que se utiliza *pra* fazer os acessos de carros, de pedestres, de lixo. Então, não se trouxe nem um dado *pra* justificar que 20% gera vitalidade, eu queria propor aqui 80% que é o mais próximo da realidade que tem ali perto. Outra questão é que nas experiências de elaborações de planos urbanísticos, seja para o poder público, seja para a iniciativa privada, com inúmeros planos de novos bairros, de novas cidades, sabemos que trabalhar, fazer um plano, *né*? A etapa do desenho, definição de parâmetros com dados incompletos, com estudos preliminares não conclusivos faz o plano ficar fadado a uma simulação pré-matura. Eu já vi vários planos urbanísticos que trabalharam com dados inconclusos, o que geram um resultado falho, e o plano não vai *pra* frente, *né*? Ele morre ali... Existem inúmeros casos desses. E a Prefeitura pode *tá* se responsabilizando por essa anulação pré-matura por *tá* projetando algo com números, com estudos que não foram concluídos, que não foram publicizados, *né*? A não ser que esses dados parciais, preliminares não se alterem ou que não tem uma garantia de produto ainda não concluído, o plano não mudaria, mas é mais seguro até *pra* própria Prefeitura que não tem o plano por dados imprecisos, não concluídos que apresentem esses estudos e ainda durante o processo de discussão do plano.

02:26:37 – Bismark Saraiva – Bom dia a todos e a todas. Secretário, eu ouvi o senhor fazer uma exposição aí... Falei. Bismark do Fórum do PREZEIS. Coordenação do Fórum do PREZEIS. Antes de fazer a minha fala eu queria fazer um pequeno protesto ao secretário que foi barrado 2 coordenadores do Fórum do PREZEIS a ter acesso aqui a plenária quando na reunião anterior aqui teve instituições que entrou como mais de 10 pessoas que não eram titular também desse Conselho. Então o tratamento foi diferenciado. Então...

02:27:17 – Antônio Alexandre – Oh Bismark! Não. É porque... É só *pra* prestar um esclarecimento. Veja! É... A gente tem uma limitação de espaço e o próprio regimento já estabelece uma quantidade. As pessoas que chegaram primeiro, como convidadas e tudo mais, a gente conseguiu colocar, depois a gente ficou sem essa disponibilidade. Não teve nenhuma coisa focada no PREZEIS. Muito pelo contrário. Não tem nenhum interesse disso. Foi apenas quem chegou antes e quem chegou depois. Eu sei que isso acabou atingindo quem você chamou, mas eu só queria fazer esse registro de que não houve, muito pelo contrário, nenhuma perseguição porque se trata do PREZEIS. Muito pelo contrário. Foi uma circunstância... Eu até lamento, mas não existe esse endereçamento, sabe Bismarck? Só fazendo esse esclarecimento, viu companheiro?

02:27:59 – Bismark Saraiva – Só queria salientar, secretário, que na reunião passada nesse mesmo espaço teve instituições que entrou com quase 10 pessoas aqui e não

houve questionamento nenhum. Somente isso. Vamos dá continuidade. Vamos lá. Então eu espero que esse mesmo procedimento de agora seja *pra* todas as instituições porque senão... Certo? Não. Que foi *pra* todas instituições, certo? Veja bem! É... Queria salientar aqui que, do que eu vi até agora, eu não vi ninguém falar daqueles questionamentos específicos com relação ao projeto de lei, aos artigos específicos dos projetos de lei. As falas foram feitas em torno de questões que tem rebatimento com projetos outros e com projetos do Plano Diretor que ainda não está atualizado ou se está desatualizado ao nível da cidade, mas que nós precisamos ter uma definição desse projeto que está aí. Eu até concordo com o representante da ADEMI que não pode ficar infinito uma discussão como essa, certo? Então precisa ter... A Secretaria apresentar, realmente, se *tá* hoje nessa pauta a questão do projeto de lei. Quais são as propostas da Prefeitura? Se tem algum questionamento *pra* ser dado encaminhamento. Isso é uma questão. A outra é que se falou aí num Plano Diretor para a ilha. Quando você fala de um Plano Diretor para essa ilha... Então, nós do Fórum do PREZEIS sabemos que nessa ilha tem várias ocupações populares e esse projeto, do nosso ponto de vista político, não era prioritário essa questão do Cais José Estelita. Não prioritário isso não. O prioritário é prioritário *pra* outros setores da sociedade. *Pra* nós não é prioritário. Prioritário é resolver o problema da ZEIS do Coque. A população naquela ocupação que *tá* ali no Cabanga. Imprensada ali. Sem engrenagem, sem saneamento. Que *tá* lá. As ocupações que *tão* na linha do metrô. Ali na linha do metrô. Que vão *pra* onde aquela população? Então isso *pra* gente é prioritário. Isso que é prioritário. As ocupações. A ocupação da ZEIS dos Coelhoos que *tá* ali no entorno dessa ilha, *né*? Que tem forçado... Que querem construir um espigão do Imip dentro da ZEIS. Tem projeto que *tá* na Prefeitura *pra* construir um espigão do Imip *pra* ampliar o projeto do Imip dentro da ZEIS dos Coelhoos. Isso *pra* gente é preocupante. Então, nós não queremos... Queremos saber, secretário, se for discutir o Plano Diretor porque a doutora Evelynne Labanca foi *pra* ZEIS do Coque e apresentou um projeto específico de plano urbanístico da ZEIS do Coque. *Pra* Ilha Joana Bezerra. Ai eu pergunto: como vai ser...? Porque *tá* parado. Até agora a Prefeitura não deu retorno nem foi licitado a proposta. A proposta *tava pra* ser apresentada a licitação, que parece que *tá* na sua Secretaria esse projeto, e não foi feita ano passado, não foi feita licitação. Foi feita a apresentação, criou uma expectativa na ZEIS do Coque e até agora não foi feito a licitação do projeto, certo? Que vai fazer toda a urbanização... Pensar toda a urbanização da ZEIS do Coque que foi aprovado pela comunidade. Então, se *tá* pensando em projeto de Plano Diretor *pra* essa ilha como o todo, então a prioridade nossa do PREZEIS é pensar os planos urbanísticos *pras* áreas das ocupações. Qual vai ser a dinâmica disso? Como vai ser essa cronologia? Vai ser priorizado primeiro esse plano do Cais José Estelita, do Cabanga e Santa Rita ou vai *tá* a mesma dinâmica do plano urbanístico da ZEIS do Coque e da situação das áreas de ocupações que *tão* no entorno? Essa é a preocupação que nós queremos colocar aqui.

02:32:23 – Antônio Alexandre – Sim. É. Foi isso... É... Bismark, eu vou depois lhe atualizar porque teve isso e teve também o questionamento do Tribunal de Contas. Essas questões foram resolvidas. Essa agenda *tá* sendo retornada. Eu vou lhe informar assim que terminar a reunião, viu?

02:32:38 – Bismark Saraiva – É, mas a informação que foi passada na plenária... Não votou *pra* ZEIS do Coque... A Prefeitura não votou...

02:32:47 – Antônio Alexandre – Isso! Porque tinha sido... Pelo Tribunal de Contas... Eu... Comece você.

02:32:55 – Luciano Pinto – Bom dia a todos. Eu, na verdade, não pretendia usar da palavra, mas depois de algumas colocações de Paulo Roberto e de Ângela, me levaram a fazer isso como conselheiro. É... É importante... Eu me sinto extremamente... Desculpe *tá* de costas *pra* vocês. Eu me sinto extremamente gratificado... Ah! Luciano Pinto da Agência Condepe/Fidem, órgão que cuida da Região Metropolitana do Recife. É... Bom! Voltando aqui. Eu me sinto extremamente satisfeito aqui hoje. Assim... De ver o que se propõe para está cidade. Eu gostaria muito de chegar a idade de ver esse projeto implantado e consolidado. Eu gostaria muito de ver acabar com muro na porta de edifício. Acabar com parede de garagem em porta de edifício. Que a gente tenha edifícios a onde sejam de uso multiplo. Isso é uma questão que *pra* mim é importante. Gostaria também de colocar, e aí vai muito mais *pra* questão da Ângela mesmo, se um pedaço, eu acho que é riquíssimo que a Prefeitura tenha a iniciativa de cuidar disso, de cuidar da Vila Naval, como também da área do PREZEIS do Coque como o nosso amigo acabou de falar. Eu acho isso fundamental. Agora, falta uma coisa. A Prefeitura não pode se guiar sozinha. A Prefeitura é importante, e não ela só, mas as 14 prefeituras da Região Metropolitana, tem que está inseridas dentro de um Plano Diretor mais amplo. Muito mais amplo. Que dê diretrizes para que essas coisas aconteçam. Essas coisas são pontuais. E eu acho que a Prefeitura toma essas iniciativas pontuais, em muito bom momento, na medida em que falta esse instrumento maior que é o Plano Diretor da Cidade Metropolitana. Porque não se fala mais Região Metropolitana. Fala-se em Cidade Metropolitana. É uma mancha que vai de Ipojuca a Itamaracá sem solução de continuidade. É isso que nós temos que trabalhar. Isso que nós temos que trabalhar, *tá* certo? Vai dá trabalho? Vai. Muito, mas é muito mais amplo. Agora eu... *Pra* não dizer que não deixei uma contribuição pontual porque eu já encaminhei pessoalmente ao Conselho algumas considerações sobre o projeto de lei, que foi alguém que comentou aqui, eu fico muito satisfeito porque exatamente a gente se focou no projeto de lei. Então mandei contribuições *pra* ele, mas tem duas preocupações ainda sobre isso que me incomoda um pouco. E aí eu já gostaria de sugerir ao Alexandre e a João isso aí. Primeiro é a questão da Ponte Joaquim Cardoso. A Ponte Joaquim Cardoso é semi transposta... Ela vai passar no Imip. O Imip hoje é o maior hospital de Pernambuco. Passe no Imip que você vai ver ônibus de Pernambuco inteiro estacionados por ali. Então, a gente *tá* acelerando o nosso processo de congestionamento. Não é que eu queira solução. Eu sei que quando o projeto executivo dessas coisas for ser executado a gente vai ter que encontrar uma solução *pra* ali, *pra* onde passa ônibus. E eu sou um transeunte pela aquela região, eu moro em Boa Viagem, *pra* fugir do tráfego da Agamenon, eu vou *pro* ali, pelo fórum, etecetera e tal, e ganho algum tempo, mas tem esse problema ali do Imip que eu acho que tem que ser respeitado pela dimensão que ele tem. E a outra coisa que eu gostaria de propor a vocês, Alexandre, é a pouca extensão da Avenida Sul, Rua Imperial, etecetera, um pouco porque nós temos hoje a construção de um grande terminal de passageiros do metrô ali na descida da Ponte Motocolombó e isso não pode ser esquecido. Não pode ser esquecido. Isso é importate *pra* cidade porque a travessia da Avenida Sul ela é complexa. A gente tem mão dupla e, inclusive ônibus é mão inglesa. Então, a gente tem que levar em

consideração esse assunto ampliando o aspecto do planejamento do todo, *tá certo?* E, finalmente, eu gostaria de... Eu vou pedir a coordenação da comissão... Vou pedir o seguinte: dia 29 de abril nós teremos a realização do... Todos vocês já devem ter ouvido falar de alguma forma, mas uma edição do Todos por Pernambuco que o governo de Pernambuco *tá* promovendo. E o no dia 29 de abril... Ou 29 ou 19... Agora estou em dúvida, mas eu vou pegar o endereço de todo mundo aqui com vocês e mandar convites para participarem do Todos por Pernambuco. Quanto governo é um prazer imenso recebê-los e discutir essas coisas *pra* inclui-los no seio popular. Inclusive aí se vocês sugerirem lá que o Plano Diretor Metropolitano seja elaborado, nós agradecemos muito porque é muito importante. Parece que é no Centro de Convenções, mas quando a gente mandar o convite... Não se preocupe não que vai chegar. Era somente para vocês terem... Ou 19 ou 29 de abril, *tá certo?* Muito obrigado e desculpe!

02:39:31 – Maurício Guerra – Bom! Maurício Guerra. Sou secretário executivo de sustentabilidade. Bom! É... Eu acho que a primeira questão, assim, que a gente tem que destacar é, realmente, já o encaminhamento... Retomar a proposta de encaminhamento que *tá* sendo colocada uma vez que, na verdade, sem sombra de dúvidas, a gente tem duas grandes questões a resolver dentro desse Conselho, até pela sua imaturidade, por ser *tão* novo nesse processo de construção. Então um é, de fato, o tema que vem sendo colocado como preponderante, que foi identificado pelos conselheiros a várias reuniões atrás, que era esse assunto... O assunto desse... Da participação no processo de discussão do Estelita, *né?* Que resultou também nessa discussão do plano específico. Então, nós acabamos, nesse momento, ao inserir essa discussão, a gente não conseguiu avançar nos aspectos relacionados a, vamos dizer assim, a regulamentação de seu próprio regimento interno. A gente conseguiu discutir o regimento interno depois de boas e árduas reuniões, durante bom tempo, mas nós não avançamos na consolidação dos seus instrumentos. Então é fundamental que a gente possa retomar essa discussão o quanto antes na estruturação de todos os procedimentos que ainda faltam a gente avançar. Que é a formação das câmaras técnicas de forma apropriada, com todo o seu grau de instrução e de procedimento que a gente precisa avançar. Fora isso, nós também temos uma linha, como foi apresentada em reuniões anteriores, de todas as discussões que as câmaras técnicas vão ter que discutir. Eu digo isso porque, na verdade, nós temos ainda alguns encaminhamentos a serem tomados mais a frente que é importante definir no seu ritmo de discussão e aí tentar conciliar o Plano Diretor, os planos específicos, que ainda devem ser retomados das demais áreas que o Plano Diretor prever, são os instrumentos. Então diante de toda aquelas discussões a gente precisa realinhar novamente esse grau de discussão. Dizendo isso, eu acho que a gente precisa, inclusive, vencer essa pauta, uma vez que essa pauta vem se prolongando a um grande tempo, pela sua importância, pela sua necessidade, pela necessidade de explicações, de retomada de diálogos que são colocados aí, mas a gente precisa, de fato... Eu acredito eu, pelo encaminhamento da mesa, avançar nesse processo e trazer a discussão, quanto antes dos demais assuntos que a cidade precisar urgentemente ser tratado. Então a gente não pode correr disso. Agora, acho importante ainda algumas questões serem rapidamente respondidas pela mesa... Eu acho que Márcio levantou uma questão importante aí. A outra, pelo que eu entendi, Leonardo já foi contemplado

e algumas questões foram pelo menos... Leonardo, nos aspectos da explicação dali da parte do Cabanga e tem agora recentemente aí a colocação. Então eu acho que a gente precisa resolver ainda essas questões *pra* poder seguir rapidamente *pra* o encaminhamento da mesa. Eu destaco também um aspecto importante, além do que já foi levantado das importâncias de alguns avanços colocados aí na própria discussão, eu cito um exemplo que a gente vem passando hoje no parque Capibaribe, *né*? A gente tem um desafio aí com o planejamento, até 2037 desse processo, de sair de 0.7 de relação de área verde por habitante para 20 metros quadrados de área verde por habitante das áreas que hoje estão circunscritas em muros. Então, sem dúvida nenhuma, aí eu já citei na reunião anterior, eu acho que nós conquistamos com a lei dos 12 bairros, foi uma imensa conquista da sociedade, o Plano Diretor incorporou toda a região da cidade a questão do recuo ajardinado. Eu acho que a gente conseguiu dá um grande salto nessa discussão toda que é não ter mais a todo o muro, gradeamento nessas áreas. Eu acho que isso dá, sem sombra de dúvida, uma enorme qualidade ambiental nesse espaço. E é importantíssimo aí, só um destaque, eu não poderia deixar de fazer, sobre a importância da valoração dos elementos, que aí também *tá* previsto no código de meio ambiente da cidade, que é exatamente o descortino a paisagem aí, principalmente, pelos seus pontos marcantes que, nesse caso, sem sombra de dúvidas, é o corpo d'água, é o recurso hídrico preponderante aí nessa Bacia do Pina. É... Então, eu faço isso... E o outro aspecto que eu acho importante é correlação direta com as habitações de interesse social como foram destacados. É fundamental também a gente dá um avanço. É essencial nesse processo de interligação aos novos empreendimentos e a perspectiva de requalificar as habitações de interesse social aí estão no território ou das próprias ocupações que estão mal colocadas e dando uma situação de moradia digna as famílias.

02:44:43 – Leonardo Cisneiros – A vereadora Isabella me cedeu a fala dela. Teve que sair. Eu queria insistir na questão do procedimento. Tem uma... Desculpa... Acontece. É... Mas eu queria insistir...

02:44:55 – Antônio Alexandre – A primeira vez que eu vejo uma delegação virtual... Quer dizer que ela saiu... Cedeu a fala *pra* você.

02:45:49 – Leonardo Cisneiros – Não. Antes ela...

02:45:02 – Antônio Alexandre – Você se inscreveu...

02:45:03 – Leonardo Cisneiros – Foi? Foi? Que ótimo! Melhor ainda. Eu queria antes... Essa aqui... Eu queria insistir na questão do regimento, na atribuição da câmara técnica de apresentar relatório inconclusivo ao plenário do Conselho da Cidade sobre matéria submetida a estudo dentro do prazo fixado por este, acompanhados pelos documentos que se fizeram necessários sobre a forma de resolução ou parecer, ou seja, *pra* deliberação o delibera é... E aí é o procedimento de qualquer lugar... Um parecer, um relatório, certo? Ao qual se pode fazer um substitutivo, um destaque e tal em cima de um relatório, ou seja, a gente não pode chegar agora e sair deliberando aqui, inclusive porque esse material aí não foi passado com antecedência *pros* conselheiros, não existe condição de deliberar sobre isso agora. Eu gostaria de insistir

que fosse observado o procedimento, ou seja, da questão da celeridade, *né?* Supondo que a gente tenha que ter pressa *pra* fazer coisas que não tem impacto sobre a cidade durante décadas, eu acho que não deveria ter, existe um princípio de precaução aqui, certo? Mas supondo que tivesse a celeridade a gente já gastou um bocadinho de tempo nisso. Não vai pegar agora e fazer, no final, um processo esculhambado, questionável na justiça, inclusive, se for o caso, porque você tem um processo que *tá* seguindo o rito e no final você atropela o rito porque tem que botar isso aí num prazo que não sei de onde vem essa determinação. Então, vou insistir que se observe o devido processo administrativo aqui, ou seja, que tenham um relatório sobre isso, um parecer sobre isso, produzido pela câmara técnica, que seja submetido ao plenário, que isso possa ser discutido. Isso é trivial. Então assim, não dá *pra*... Assim, não dá *pra* discutir... Realmente me causa espanto que se esteja discutindo que a gente possa votar agora meio-dia e meia, mais de meio-dia e meia, ponto a ponto do projeto assim e achar que isso satisfaz requisito de participação popular, gestão democrática, do Conselho da Cidade, de direitos dos conselheiros, inclusive direito de pedir vistas. *Tá* previsto na lei 1803... Não me lembro agora o número da lei do Conselho. Que é o direito do conselheiro pedir vista. Ele pede vistas como disse aí? Ou seja, tem que ter um procedimento claro. E o procedimento tinha que *tá* claro antes da reunião se ele fosse ser aplicado na reunião. Não *tava*, a convocação não se refere a isso, esses estudos não foram encaminhados antes, o processamento da audiência pública não foi encaminhado antes. Não existe condições de deliberar sobre isso na reunião presente. Isso é claro.

02:47:19 – Conselheira não identificada – É... Eu queria também reforçar que existe uma grande preocupação com essa questão dos procedimentos. Então a gente entende que a câmara técnica ele tem que trabalhar. Ela não trabalhou em nenhum momento. Em nenhum momento a câmara técnica trabalhou e a gente precisa entender que para um processo como este nível de importância e de complexidade, a gente precisa de trabalhar dentro da câmara técnica no Conselho para trazer para o Conselho. Eu *tô* entendendo que essa sistematização foi feita pelo município. Também queria entender o quê que vai se colocar para, se caso aconteça, que a gente espera que não, que documento? Porque esse documento foi modificado, foi melhorado, foi acrescido de muitas coisas diante daquelas 3 minutos que nós tínhamos. Agora a gente tem mais um processo diferente que chegou ao nosso conhecimento hoje e eu queria entender como vai ser esse procedimento. Eu não entendi ainda se isso vai ser votado *pra* ir *pra* Câmara de Vereadores. Eu queria entender se vai ter a votação de um documento que a gente não sabe qual é ainda. Obrigada!

02:48:31 – Antônio Alexandre – Obrigado também. Bom! É... As duas últimas falas eu acho que foram até importantes *pra* esclarecer que existe uma proposta de encaminhamento divergente do entendimento da mesa. Evidentemente, pelas razões que já foram apresentadas aqui, de que não, é... deveria, é..., ser submetida aqui a nenhum processo de apreciação essa matéria que *tá* em discussão. Como já foi dito anteriormente. Só reforçando *pra* esclarecimento *pra* gente poder conduzir o posicionamento do Conselho. É... A mesa entende, como já foi dito outras vezes, que as matérias que vão ser discutidas nas câmaras temáticas que já fazem parte de uma agenda que está discutida, *né?* Plano de habitação, plano de mobilidade, plano de

drenagem, plano de saneamento, revisão de legislação urbanística e Plano Diretor, etecetera. Toda aquela agenda vai ser objeto da discussão na câmara temática dos pareceres desses estudos e vão permitir a... Ajudar a contribuir, *né*? Na elaboração, na elaboração de planos do planejamento urbano e de peças decorrentes nesse planejamento urbano. Como foi dito aqui... Como foi dito aqui, a compreensão da Prefeitura é o entendimento diferente. É que esse processo... A apresentação desse plano específico é resultante de um processo de discussão que já vem acontecendo há algum tempo. Vários aperfeiçoamentos aqui, inclusive propostas de destaque, foram apresentadas pela Prefeitura garantindo que a área do Cabanga que é a área ainda, *né*? Não consolidada, ela seja objeto de um plano urbanístico, um plano de massa, *né*? Que venha a detalhar e a caracterizar melhor aquele território consolidado e consagrada na região do Estelita toda discussão resultante do redesenho do projeto Novo Recife e traz para o Cais de Santa Rita, área já consolidada, algumas contribuições. Principalmente, permitindo com destaque especial, permitindo a abertura da visada e da paisagem na relação do Forte das Cinco Pontas com a frente d'água a partir da derrubada do viaduto das Cinco Pontas. Então, o entendimento é de que essa proposição ela é resultado de todo o processo de discussão que já aconteceu. A Prefeitura apresentou propostas de destaque. O que a Prefeitura entende é que aqui nessa discussão algumas outras questões foram apresentadas que podem ser objetos, inclusive, de deliberação do Conselho para que indique para a Prefeitura a questão do artigo 25 que foi levantado pelo conselheiro Leonardo. Uma indicação mais precisa da reserva, digamos assim, entre aspas, de área pública no processo de parcelamento da área, hoje, do Quartel do Exército ali do Cabanga. E a questão levantada por Márcio do IAB dita ao invés de 20% colocar o percentual de obrigatoriedade de 80% de comércio ou serviços, 80% do perímetro das quadras, é..., *pra* comércio ativo no nível do térreo. Foram essas questões que foram identificadas aqui pela mesa como possíveis destaques a serem incorporados. Então o encaminhamento que a mesa levanta agora é de que, claramente, existem duas visões, duas propostas. Uma proposta que suspende, que digamos assim, que, é..., apresenta... Que não pode ser votado aqui, nesse momento, a matéria que a Prefeitura está trazendo para apreciação. Que ela teria que voltar para a câmara técnica *pra* ser submetida a estudo e tudo, todo um processo de formulação e de elaboração que foi apresentada pelo conselheiro Leonardo e depois, é..., melhor esclarecida pela conselheira Ângela. É... E a outra proposta que é a proposta da mesa que é de que, a partir texto base, foram apresentados destaques pela Prefeitura, *né*? E é... Que... É... O que a mesa propõe que se há concordância de que essas incorporações, esses destaques sejam incorporados a redação que foi apresentada inicialmente *pra* discussão e depois nós possamos discutir esses 3 destaques que apareceram aqui no debate durante o Conselho, certo? É... Então esse é o encaminhamento... Esse é o encaminhamento. Acho que já *tão* claras as posições. Tem uma posição... Oi? Você pode pedir vista depois a gente discuti isso. A questão é que se vai votar ou não. Sim. Pronto. Então vamos primeiro dizer, mas só que antes você disse que não era *pra* votar nada aqui. Era *pra* voltar *pro* Conselho. Você retira esse encaminhamento? Então a gente coloca em votação e você pede vista. A gente só pede vista de uma coisa que *tá* em votação. Você pede vista porque você diz assim que eu não tenho condições agora de me pronunciar sobre esse assunto. Então eu quero exercer o meu direito de vista. *Pra* poder ter um tempo de estudar e de consolidar a minha convicção e poder expressar e manifestar meu direito

de voto. Vista é só se tiver votação. Vista sem votação não faz sentido. Então a gente quer saber se tem um encaminhamento de não colocar em votação o texto que está sendo apresentado aqui. Não.

02:53:38 – Leonardo Cisneiros – Eu quero registrar que esse encaminhamento de votar sem relatório é ilegal. Então, assim, não devia votar ilegalidade. Primeiro devia discutir aqui se vai descumprir a lei ou não. Simplesmente se vai cumprir a lei. Deve ser votado um relatório do que deve ser feito a partir disso aí. Eu não posso chegar agora e votar destaque. A sua proposta é ilegal, secretário. Então não pode colocar em votação...

02:53:55 – Antônio Alexandre – Essa é sua interpretação, né? Leonardo. Até porque *pra* gente, é..., atestar ilegalidade é meio complicado, né? A gente pode até requerer *pra* quem de direito atestar ilegalidade. Só que aqui tem um encaminhamento a ser feito. Existe uma matéria que foi apresentada. Não foi apresentada substitutivo. Não foi apresentado. Foram apresentados destaques pela Prefeitura e depois no processo de discussão outras questões que podem ser materializados em destaques. E essa é a condição da mesa.

02:54:24 – Leonardo Cisneiros – Não há condições para nós exercemos nosso mandato de conselheiro aqui ou uma... Uma... Tem que ter o direito de apresentar destaques também. Fazer um relatório também. Estudar e apresentar destaques. Vocês não enviaram com antecedência isso. Nós não temos condições de fazer uma contraproposta. *Tá* sendo violado o nosso direito de ser conselheiro aqui. Isso é imoral, secretário.

02:54:42 – Antônio Alexandre – Não! Não!

02:54:42 – Leonardo Cisneiros – É ilegal, imoral. A questão é ilegítimo...

02:54:45 – Antônio Alexandre – E você *tá* pensando que vai pedir vista do processo.

02:54:47 – Leonardo Cisneiros – Não isso aí é...

02:54:49 – Antônio Alexandre – Não há mais o que dizer. Vamos votar, então? *Pra* você pedir vista, mas pedir vista de que se não tem votação? Não é? Questão de ordem.

02:55:01 – Simone – Meu nome é Simone eu *tô* representando aqui o presidente... Bom! Vou falar mais alto. Meu nome é Simone eu *tô* aqui representando o presidente da SANEAR e... O que a gente *tá* colocando... O que a mesa *tá* colocando é vai fazer encaminhamento ou não vai fazer encaminhamento? Se a proposta for *pra* fazer o encaminhamento aí vem os pedidos de vista para contrapor essa decisão que foi tomada de fazer o encaminhamento. Se a proposta não for encaminhada aí segue-se as novas discussões. Então é uma votação simples se vai ou não e depois se discute se encaminhamento ou não. Se vencer o não encaminhamento isso quer dizer que vai reabrir todas as discussões e aí sim as câmaras vão retornar. Se for encaminhado e

houver discordância aí se pede vista para fazer o contraponto do não encaminhamento, mas precisa se decidir alguma coisa. Se vai ou não?

02:56:17 – Antônio Alexandre – Bom! É... Nós queremos saber o seguinte: está mantida, está mantida a questão de encaminhamento de que é... Não pode ser votada aqui a proposição que está em discussão porque ela teria que ir *pra* câmara temática isso é uma proposta de encaminhamento de recomençar o processo de discussão. Está mantida essa questão? Está mantida essa proposta? Então pronto. A mesa vai colocar em votação. A mesa vai colocar em votação. São... São alguns passos. O primeiro encaminhamento, o primeiro encaminhamento, uma proposta de encaminhamento... Pois não Bismark.

02:56:54 – Bismark Saraiva – Eu gostaria que a mesa encaminhasse a duas proposições. Se vai... Se vai... O encaminhamento do Conselho. O Conselho é uma discussão política. Se o Conselho não se incorporou das discussões, o Conselho diz que tem manter... Que continuar as discussões que a proposta 1. Se o Conselho acha que *tá* plausível as discussões que pode ser encaminhado é a proposta 2. O entendimento que eu *tô* tendo. Agora, antes disso não pode abrir a discussão sobre a discussão do encaminhamento. Não existe um negócio desse.

02:57:36 – Antônio Alexandre – Conselheiro Bismark, o entendimento é nessa linha da mesa. A mesa *tá* encaminhando exatamente essa questão. Veja bem! A primeira votação é uma votação de encaminhamento. Existe uma proposta de encaminhamento... Existe uma proposta de encaminhamento, é..., que é a proposta da mesa a proposta 1, que é a proposta de que com base no material que foi apresentado aqui, *né?* Como... Que foi apresentado aqui. Colocar em votação e em discussão, *né?* Com base no texto, *né?* Na proposta, na minuta do projeto de lei, entrando em discussão depois os destaques que foram apresentados pela Prefeitura e destaques que surgiram aqui no processo de discussão durante o debate. O segundo encaminhamento, a segunda proposta de encaminhamento, a proposta de número 2 é a proposta de que essa matéria, pelas razões que já foram apresentadas, não podem ser apreciadas nesse momento do Conselho, que ela teria que ser remetida para a câmara temática e ser desenvolvido o processo de discussão com a criação do grupo, com relatório, enfim, tudo o que foi historiado aqui *pra* que essa matéria pudesse, possa vir ser apreciada pelo Conselho da Cidade. Então, proposta de número 1 colocar em votação a matéria que está em análise, a minuta do projeto de lei, com sucesso com destaque que foram incorporados no processo de discussão e proposta de número 2 remeter para a câmara temática e reiniciar esse ciclo de debate da forma como já foi esclarecida. Então em votação. Em votação. Proposta de número 1 e proposta número 2. Em votação. Vamos ver aqui é... Na relação é... Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, é..., vota na proposta 1. É... SEMOC - Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, proposta 1. É... Secretaria de Habitação, proposta 1. Secretaria de Finanças, proposta 1. Secretaria de Infraestrutura e Serviços Urbanos, proposta 1. É... Secretaria de Meio Ambiente, proposta 1. Secretaria de Saneamento, proposta 1. Instituto Pelópidas Silveira, proposta 1. URB, proposta 1. EMLURB, proposta 1. Fórum do PREZEIS, proposta 1. Câmara Municipal, ausente. Secretaria de Cidades do Estado, proposta 1. Agência Condepe/Fidem, proposta 1.

Consórcio Grande Recife, proposta 1. Caixa Econômica Federal, ausente. É... Patrimônio da União - SPU, ausente. Fundaj, proposta 2. FEMOCOHAB, proposta 1. MST Imbiribeira, ausente. MNU, ausente. Ibura/Jordão FIJ, ausente. É... Direitos Urbanos, proposta 2. CLC, ausente. OLMP, ausente. Movimento de Defesa Mata Uchôa, ausente. MLPC, ausente. MLB, ausente. MLT, ausente. Sindicato dos Engenheiros - SENG, ausente. SINTRA, ausente. Força Sindical, ausente. SINTRASE, ausente. ADEMI, proposta 1. ABIH, proposta 1. Sinduscon, proposta 1. CDL, proposta 1. OAB, ausente. CAU, proposta 2. IAB, proposta 2. MDU, proposta 2. SENDEHC, ausente? Ausente. Diaconia, proposta 2. Cidadania Feminina, proposta 2. HABITAT, ausente. Então, a proposta 1. Resultado final foram 19 votos na proposta 1, 7 votos na proposta 2, nenhuma abstenção, ausentes 19. É o pedido de vista quando a gente for votar, né? Porque a vista é quando for colocada a votação. Bom! Vencida a proposta 1, a proposta de encaminhamento de colocar em discussão a minuta apresentada com respectivos, é..., destaques. É... O primeiro destaque é... O primeiro destaque são os destaques apresentados pela, é..., pelo Instituto Pelópidas e pela Prefeitura da cidade do Recife. Eles incorporam no processo de discussão aquela formulação do plano urbano... É ele identifica no artigo 6º que na área, né? É... Do que hoje tem a área do Exército. Será exigido um plano de massa que considere conceitos sustentáveis de urbanismo, principalmente quanto à permeabilidade, mobilidade, acessibilidade, vitalidade urbana, densidade e capacidade de suporte do território. Parágrafo 1º: entende-se como plano de massa a representação gráfica de um plano urbanístico que propõem diretrizes e ordenamento físico territorial, uso e ocupação do solo, distribuição de espaços públicos e privados considerando o equilíbrio ambiental e social dos espaços e em que se aplicam ao bem-estar dos seus usuários. As diretrizes e os critérios para a elaboração e avaliação do plano de massa em que trata o caput serão estabelecidos pelo órgão competente de planejamento urbano por meio procedimento definido mediante decreto do Poder Executivo. O roteiro, digamos assim, de formulação. O plano de massa deve considerar o sistema viário, os parâmetros urbanísticos e as normas estabelecidas nessa lei sendo permitida a permuta do coeficiente de utilização entre as quadras resultantes deste que este não ultrapasse o coeficiente máximo definido para a zona na qual se localiza o terreno. Todo mundo sabe aqui, nós estamos falando naquela região do Cabanga, aquela área em que hoje tem o Quartel do Exército, que esse destaque absorve aquela preocupação que já foi discutida de se ter um plano de massa anterior que estabeleça todos esses requisitos, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo e que realiza os estudos necessários para projetar o possível adensamento futuro daquela área. Nesse destaque, evidentemente, relacionado com esse artigo, que exige o plano de massa, então no quadro de parâmetros urbanísticos tem que ter alterações porque todos os parâmetros relacionados a recuos e afastamentos, né? Esses parâmetros, afastamentos, eles passam a ser remetidos a esse estudo do plano de massa. Ao invés de estarem pré-estabelecidos, seguindo uma regra geral, vão está remetidos, vão ser resultantes do estudo decorrente do plano de massa para se estabelecer a melhor, né? Morfologia e tipologia a partir desse estudo. E também que naquela observação os afastamentos serão definidos pelo plano de massa conforme determina o artigo 6º. E os requisitos especiais também fica retirado um que trata também dos recuos e afastamentos laterais e de fundos que é também uma regra que passa a ser remetida independente desse estudo mais amplo e mais aprofundado daquela área do

território. Então esse é o primeiro destaque já apresentado pela Prefeitura, a partir da leitura do debate que foi feito, e a mesa vai colocar agora em votação esse destaque. Conselheiro Leonardo pede vista. Conselheiro Leonardo pede vista desse destaque. Alguém mais quer solicitar vista? Conselheira Rejane, conselheiro Márcio, conselheiro Cristiano, conselheira Ângela. A mesa inclusive diante da proliferação aqui, aproveita e já concede vista coletiva pra todos os conselheiros e conselheiras puderem se aprofundar e estudar pra que na próxima reunião já possa todo mundo ter fundamentado a sua opinião a respeito da questão. Ta certo?! Concedido vista coletiva pra todo o Conselho. Vamos passar para outro destaque que foi registrado pela mesa. Eu quero apresentar o seguinte, se o conselheiro Leonardo, ele quer apresentar, me parece, resultante do debate, algum destaque relacionado àquela questão como de fosse uma reserva de área pública pra área do Cabánga. Está substitutivo. Pronto. Então não apresenta destaque, quero perguntar também, consultar o conselheiro Márcio.

03:07:48 – Leonardo – Deixando registrado que não reconheço a validade do procedimento adotado. Continuando ... A ilegalidade desse procedimento que deveria ser enviado para a Câmara. Ainda sim quero apresentar um substitutivo, Registrar isto em ata por favor.

03:08:04 – Antonio Alexandre – Está registrado. Queremos consultar o conselheiro Márcio, representante do IAB se ele vai apresentar o substitutivo, indicando o percentual de 80% de uso de comércio e serviços, é, do perímetro, pede Vista geral. Então, acatados os pedidos de vistas, concedida a vista coletiva pra todos os conselheiros vamos marcar uma próxima reunião do Conselho e esperamos que todos os conselheiros e conselheiras possam ter suas opiniões fundamentadas a partir deste tempo de análise que foi concedido agora nessa reunião. Nós agradecemos a presença de todos os conselheiros e conselheiras. E tenham todos um bom dia e um bom final de semana.